

**ESTADO DO
PARANÁ**

**Plano Plurianual
2008 a 2011**

**Secretaria de Estado do Planejamento
e Coordenação Geral**

**CURITIBA
2007**

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

ROBERTO REQUIÃO DE MELLO E SILVA

Governador do Estado

ORLANDO PESSUTI

Vice-Governador do Estado

ÊNIO JOSÉ VERRI

Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral

HERON ARZUA

Secretário de Estado da Fazenda

RAFAEL IATAURO

Chefe da Casa Civil

ANSELMO JOSÉ DE OLIVEIRA

Chefe da Casa Militar

JOZÉLIA NOGUEIRA BROLIANI

Procuradora Geral do Estado

MARIA MARTA RENNER WEBER LUNARDON

Secretária de Estado da Administração e da Previdência

VALTER BIANCHINI

Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento

LYGIA LUMINA PUPATTO

Secretária de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

AIRTON CARLOS PISSETTI

Secretário de Estado da Comunicação Social

VERA MARIA HAJ MUSSI AUGUSTO

Secretária de Estado da Cultura

MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA
Secretário de Estado da Educação

VIRGÍLIO MOREIRA FILHO
Secretário de Estado da Indústria, Comércio e Assuntos do MERCOSUL

JAIR RAMOS BRAGA
Secretário de Estado da Justiça e da Cidadania

CLÁUDIO MURILO XAVIER
Secretário de Estado da Saúde

LUIZ FERNANDO FERREIRA DELAZARI
Secretário de Estado da Segurança Pública

JULIO CESAR DE SOUZA ARAÚJO FILHO
Secretário de Estado de Obras Públicas

LUIZ FORTE NETTO
Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano

LINDSLEY DA SILVA RASCA RODRIGUES
Secretária de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos

NELSON GARCIA
Secretário de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social

CELSO DE SOUZA CARON
Secretário de Estado do Turismo

ROGÉRIO WALLBACH TIZZOT
Secretário de Estado dos Transportes

THELMA ALVES DE OLIVEIRA
Secretária de Estado da Criança e da Juventude

LUIZ CARLOS DELAZARI
Secretário Especial de Corregedoria e Ouvidoria Geral

MILTON BUABSSI
Secretário Especial de Relações com a Comunidade

NIVALDO PASSOS KRUGER
Secretário Especial de Representação do Paraná em Brasília

NIZAN PEREIRA DE ALMEIDA
Secretário Especial para Assuntos Estratégicos

VANDERLEI FALAVINHA IENSEN
Secretário Especial da Chefia de Gabinete do Governador

ANTÔNIO JORGE MELO VIANA
Secretário de Controle Interno

JOSÉ BENEDITO PIRES TRINDADE
Secretário Especial de Imprensa

NIVALDO MALDONADO GONÇALVES
Secretário Especial de Coordenação de Projetos Sociais

LUIS GUILHERME GOMES MUSSI
Secretário Especial

COORDENAÇÃO GERAL

ÊNIO JOSÉ VERRI - Secretário de Estado/SEPL
JOSÉ AUGUSTO ZANIRATTI - Diretor Geral/SEPL
ARILSON MAROLDI CHIORATO - Chefe de Gabinete/SEPL

EQUIPE TÉCNICA

Alberto Artur Árcega - COP/SEPL
Ana Cláudia Pereira Breda - GPS/SESA
Antonio Carlos de Andrade - COP/SEPL
Ary Talamini Júnior - CDG/SEPL
Bernardo Patrício Netto - CDG/SEPL
Carlos Roberto Sottomaior Valiente - GPS/SEED
Cássia Régis Blanco - GPS/SETI
César Reinaldo Rissete - CDG/SEPL
Clarice Kusma Baisan Fernandes - GPS/SETR
Claudismar Daniel Aleixo - CELEPAR
Cristiano Précoma - CELEPAR
Daniel Ângelo da Silva - COP/SEPL
Danniel Lopes de Assis - Coordenador CMA/SEPL
Denise de Fátima Salussoglia Khury - CDG/SEPL
Domingos de Gusmão Van Erven - CDG/SEPL
Edison Luis Belloto - COP/SEPL
Elaine Ligiero Ferreira - GPS/SETU
Elizabete de Moraes Souza - COP/SEPL
Elizabeth Bacineli Carreteiro Pinheiro - AT/SEPL
Elizabeth Cristina de Azevedo - COP/SEPL
Elizabeth Terezinha B. Follador Gomes - GPS/SEEC
Eliziany Sutil de Oliveira Guimarães - GPS/SEIM
Elmar Haas - CELEPAR
Emir Carlos Grassani - GPS/SEOP
Erich Gomes Schaitza - CDG/SEPL
Evandra Suzane Bazzo - CMA/SEPL
Fernando Bocchi Barbalho - CDG/SEPL
Flávio Locatelli Junior - CDG/SEPL
Francisco Cândido Guimarães - CDG/SEPL
Felício Raitani - GPS/SESA
Gabriel Ishigami Solana - CELEPAR

Gilson Carlos Hotta Nishimoto - CELEPAR
Heitor Angelo Scremin França - AT/SEPL
Helena Oliveira Borges Saldanha - GPS/SETP
Heloisa de Puppi e Silva - CDG/SEPL
Inês de Barros Lima Estabasse - GPS/SEFA
Izabella Maria Swierczynski - CDG/SEPL
Janete Gluck Trzesnioski Razera - GPS/SESP
João Carlos Garcia Árias - CELEPAR
João Otávio Faria Borges de Sá - Coordenador COP/SEPL
Joel Evaldo de Oliveira Kersten - CDG/SEPL
José Bortolo Breda - COP/SEPL
Josemery Pereira Pinto Ozório de Almeida - COP/SEPL
Júlio Cezar Rodrigues - CDG/SEPL
Laércio de França - COP/SEPL
Luciane do Rocio Walesko Fantin - GPS/SEAP
Luiz Carlos Fracaro - GPS/SECS
Luiz Fernando Garcia da Silva - COP/SEPL
Luiz Renato Marques Moreira - CDG/SEPL
Manoel Pires de Paiva - GPS/SESA
Marco Aurélio Cordeiro - CELEPAR
Márcia Helena da Silva - COP/SEPL
Maria Cristina da Silva Magalhães - GPS/CC
Maria Helena Paes - GPS/SESP
Maristela Pioli - GPS/PGE
Matias Marino da Silva - GPS/SEEC
Mauro Ribeiro Borges - COP/SEPL
Miriam Pappi Gomes - GPS/SEPL
Moisés Francisco Farah Junior - Coordenador CDG/SEPL
Nazira Zenidin - COP/SEPL
Nei Fidélis Bichara - CDG/SEPL
Nestor Bragagnollo - CDG/SEPL
Noe Vieira dos Santos - CDG/SEPL
Norberto Sautchuk - CDG/SEPL
Paulo Ernesto Conradt - COP/SEPL
Rafal Demétrio Benvenuto - CELEPAR
Rangel Jungles dos Santos - CELEPAR
Rejane Karam - GPS/SETR
Reynaldo Aquino de Paula - GPS/SEDU
Roosevelt Brasil Queiroz - CDG/SEPL
Rosângela Heinz Gavinho Ferraz - CMA/SEPL

Roseli Naufal Schnekenberg - GPS/SEFA
Sebastiana Nadira dos Santos - COP/SEPL
Sergio Luiz Covalski - GPS/SETI
Silvio Carlos Nass - GPS/SEJU
Tânia Maria Grando Pegoraro - COP/SEPL
Teodoro Kostin Neto - GPS/SEAB
Teresina Leondina Jankoski - GPS/SETP
Vânia Elizabeth Bastos Cercal - AT/SEPL
Vera Lúcia Davi - GPS/SEED
Waldir Pan - CDG/SEPL
Waldir Pedro Riedi - GPS/CC
Walter Osternack Junior - GPS/SEMA
Wilson Carneiro - GPS/SEAB
Wilson José Cordeiro - COP/SEPL
Zeila Maria Cambiatti da Silva - COP/SEPL

SUMÁRIO

1	DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO DO PARANÁ.....	11
1.1	INTRODUÇÃO.....	11
1.2	ESPAÇALIDADES IDENTIFICADAS.....	11
1.3	ESPAÇOS RELEVANTES.....	12
1.3.1	Espacialidade de Máxima Relevância.....	12
1.3.2	Espacialidades de Elevada Relevância	13
1.3.3	Espacialidades de Média Relevância	13
1.3.4	Espacialidades de Mínima Relevância.....	15
1.4	ESPAÇALIDADES SOCIALMENTE CRÍTICAS.....	16
1.5	TENDÊNCIAS.....	17
1.5.1	Demografia, Rede Urbana e Transportes.....	17
1.6	ECONOMIA E INFRA-ESTRUTURA TÉCNICO-CIENTÍFICA.....	20
2	DIAGNÓSTICOS SETORIAIS.....	23
2.1	DESENVOLVIMENTO URBANO E REGIONAL.....	23
2.1.1	Estruturação das Grandes Aglomerações.....	23
2.1.2	Promoção Acelerada de Regiões Deprimidas.....	23
2.1.3	Atuação Dirigida a Regiões Especiais.....	24
2.2	INFRA-ESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO: DESAFIOS PRESENTES	26
2.2.1	Habitação.....	26
2.3	SANEAMENTO.....	26
2.4	ENERGIA.....	28
2.5	TELECOMUNICAÇÕES.....	33
2.6	TRANSPORTES.....	34
2.6.1	Modal Rodoviário.....	35

2.6.2 Modal Ferroviário.....	36
2.6.3 Modal Aeroportuário.....	38
2.6.4 Modal Hidroviário.....	39
2.6.5 Modal Portuário.....	39
2.7 TURISMO.....	40
2.8 EDUCAÇÃO E ENSINO SUPERIOR.....	41
2.9 CULTURA.....	44
3 ECONOMIA PARANAENSE: CENÁRIO 2008-2011.....	45
4 FONTES DE FINANCIAMENTO DOS PROGRAMAS DE GOVERNO.....	48
4.1 Recursos Orçamentários.....	49
4.2 Despesas com Pessoal.....	50
4.3 Endividamento do Estado.....	50
4.4 Vinculações Legais.....	52
5 REGIONALIZAÇÃO.....	53
6 ACOMPANHAMENTO DO PPA 2008-2011.....	60
7 LINHAS DE AÇÃO DO PPA 2008-2011: DIRETRIZES DE UMA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO.....	61
7.1 PROMOÇÃO DA CIDADANIA, INCLUSÃO SOCIAL E JUSTIÇA.....	62
7.2 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL E DESCENTRALIZADO...62	
7.3 GESTÃO PÚBLICA TRANSPARENTE E INTEGRADA.....	62
ANEXO 1 - DEMONSTRATIVOS.....	65
ANEXO 2 – PROGRAMAS E AÇÕES.....	97

1 DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO DO PARANÁ

1.1 INTRODUÇÃO

Este documento resgata as principais sínteses da Nota Técnica *Subsídio à Abordagem da Dimensão Territorial do Desenvolvimento Nacional no Plano Plurianual e no Planejamento Governamental de Longo Prazo*, elaborada com base na realidade paranaense. Constam do documento a identificação e a caracterização das espacialidades paranaenses, que emergiram da análise de um conjunto de dados econômicos, da dinâmica populacional, do processo de urbanização e dos diversos ativos institucionais presentes no Estado. O documento registra, também, as principais tendências identificadas para o Estado, mantidas as condições econômicas e políticas atuais.

O presente diagnóstico sumariza, sinteticamente, as principais análises realizadas pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES) sobre os desenvolvimentos regional e socioeconômico do Paraná, que permitiram identificar e caracterizar as espacialidades paranaenses. Esse conjunto de informações possibilitou, ainda, apontar as instituições que deverão ser acionadas quando da formulação de políticas de desenvolvimento regional, assim como introduzir questões e pontos preliminares para uma agenda de desenvolvimento.

1.2 ESPACIALIDADES IDENTIFICADAS

Para a identificação das diversas espacialidades do Paraná, tomou-se como fio condutor a divisão social do trabalho, categoria capaz de mediar o entendimento entre o processo de desenvolvimento em geral e o desenvolvimento específico de uma economia e uma sociedade particulares.

As análises realizadas para compreensão da dinâmica socioeconômica e institucional do Estado do Paraná evidenciaram a existência de situações diversas no interior desse território, as quais representam espaços com expressão econômica e institucional, em diversos níveis, e espaços socialmente críticos. As mesmas análises ressaltaram, também, a coexistência de indicadores sociais críticos nos espaços de expressão econômica e salientaram que, por mais que possam parecer homogêneos, a heterogeneidade permanece em seus interiores. Entre um e outro espaço, há um gradiente de situações que espelha a desigualdade nas condições de vida da população e de geração de excedentes econômicos.

As distintas espacialidades respondem por diferentes papéis na divisão social do trabalho, tanto externa quanto internamente ao Estado. São notórios os espaços de mando e os espaços de obediência, assim como as relações sinérgicas a partir dos principais centros urbanos e das porções fronteiriças – mais fortes com Santa Catarina, mais tênues com São Paulo e Mato Grosso do Sul.

Especialmente, as situações percorrem um amplo espectro, envolvendo desde grandes

conjuntos de municípios, conjuntos mais dispersos e indivíduos (municípios) que se caracterizam pela concentração, pelo desempenho de atividades diversificadas ou especializadas, mas com forte possibilidade de geração de riqueza, até conjuntos que exprimem carência, dependência e pobreza. Reitera-se, todavia, que, mesmo nos primeiros, situações de carência, dependência e pobreza são visíveis, tanto no âmbito de municípios quanto no de porções intramunicipais.

Os primeiros foram caracterizados como espaços econômicos relevantes, tendo identificadas suas centralidades e as características principais de sua base produtiva. No contraponto, extensões contínuas de municípios revelam um aparente alheamento das dinâmicas principais, uma absoluta privação na atenção à população por serviços de saúde, saneamento, educação e moradia e condições de extrema pobreza. São os denominados espaços socialmente críticos. Ademais, há muitos municípios assentados em substratos naturais pouco aptos ou inaptos ao aproveitamento econômico, sem apoio de tecnologia e manejo adequados.

Pelas relações econômicas, sociais e políticas que estabelece, o Paraná se insere nas dinâmicas nacional e internacional, fundamentalmente, por meio dos três principais espaços, articulados pelo sistema rodoviário principal, quais sejam: o que se estende de Paranaguá a Ponta Grossa, polarizado pela aglomeração metropolitana de Curitiba; o que se alonga no Norte Central, polarizado por Londrina e por Maringá; e o que se projeta no Oeste, a partir de Cascavel e adjacências, direcionando-se para Foz do Iguaçu e Marechal Cândido Rondon. Ressalta-se o elevado desnível entre esses espaços, com nítida concentração no primeiro. Os demais espaços inserem-se desempenhando papéis mais especializados, enquanto outros permanecem à margem da dinâmica econômica e política do Estado. Nestes, há profundas dificuldades na geração de emprego e renda, além de sérias restrições na oferta de ocupações e na atenção às necessidades sociais da população, o que os coloca na posição de espaços socialmente críticos. Dessa forma, é o grau de inserção ou exclusão na divisão social do trabalho que desenha os Vários Paranas.¹

1.3 ESPAÇOS RELEVANTES

1.3.1 Espacialidade de Máxima Relevância

O primeiro espaço relevante, de máximas relevância, concentração e densidade, é formado pela aglomeração metropolitana de Curitiba, pelo entorno de Ponta Grossa e por Paranaguá. Essa espacialidade participa na divisão social do trabalho de forma mais integrada, tanto nacional quanto internacionalmente, a partir do desempenho de um conjunto de atividades econômicas diversificadas, concentrando os principais constitutivos da sociedade paranaense no que se refere aos poderes econômico, político e ideológico. Pode ser considerado um espaço

¹ Apesar dos nomes de algumas espacialidades remeterem às mesorregiões geográficas do IBGE, essas referências são de caráter apenas geográfico.

receptor e difusor de decisões, inovações, mensagens e capitais internacionais, entre outros, constituindo-se no principal interlocutor entre o Paraná e as esferas nacional e internacional. Tais condições resultam na reprodução, nessa espacialidade, das características concentradoras decorrentes de sua localização privilegiada para o desempenho de atividades ligadas aos segmentos modernos da Indústria e dos Serviços, pertinentes ao papel do Brasil na divisão internacional do trabalho.

1.3.2 Espacialidades de Elevada Relevância

Constituem espacialidades de elevada relevância as aglomerações de Londrina e Maringá, denominadas segundo espaço relevante. Embora no passado tenha sido a espacialidade com melhor desempenho econômico do Estado, em função de sua pujante atividade agrícola, a partir dos anos 1970 passa a perder posições relativas para o primeiro espaço. Historicamente, sustenta uma matriz produtiva diversificada, semelhante à do primeiro espaço, mantendo, contudo, uma distância abismal em volumes de geração de riquezas, ativos institucionais e na diversidade de opções produtivas, de comércio e de serviços. Outra distinção com relação àquele espaço é que as atividades agropecuárias ainda mantêm participação significativa no total da sua produção. Ainda assim, o papel dessa espacialidade vem se modificando, dadas a diversificação da indústria, a evolução das atividades ligadas às telecomunicações e a consolidação de um meio educacional e de pesquisa que têm importância internamente e além das fronteiras do Estado, com laços históricos ainda presentes com São Paulo. Nessa espacialidade, ao mesmo tempo em que se constata uma unidade no desempenho de sua função na divisão social do trabalho, distinguem-se relações que irradiam de uma condição de bipolaridade, impondo sub-recortes espaciais a partir de Londrina, num vetor para o Norte Pioneiro, e de Maringá, num vetor para o Noroeste.

Também constitui espacialidade de elevada relevância a porção Oeste, considerada terceiro espaço relevante, que tem Cascavel como vértice de vetores para Foz do Iguaçu e para Marechal Cândido Rondon. Em grau de importância, essa espacialidade guarda menor distanciamento com o segundo espaço do que este para com o primeiro espaço relevante, diferenciando-se nitidamente de ambos. Sua articulação com a divisão social do trabalho se dá a partir de um número menor de atividades, ligadas, fundamentalmente, à produção agroindustrial, assim como aos serviços. Sua posição fronteiriça, cuja centralidade se manifesta fundamentalmente em Foz do Iguaçu, assegura-lhe o desempenho de funções importantes nas relações internacionais, no comércio e no turismo, elevando seu peso na geração de riquezas e estreitando vínculos do Paraná com os países do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL).

1.3.3 Espacialidades de Média Relevância

O espaço especializado do Centro-oriental é uma especialidade de média relevância, com nítidos vínculos nacionais e internacionais, em função da atividade papelreira. É composto por poucos municípios, porém em número crescente, dada a necessidade de expansão do uso da terra, mantendo presente a função do Paraná no desempenho de atividades que requerem a utilização de recursos naturais. A forte especialização e a natureza da atividade, com baixa capacidade de geração de emprego, renda e consumo, portanto de indução de atividades de comércio e serviços, torna esse recorte economicamente relevante circundado e até mesmo infiltrado por extensas áreas socialmente críticas. Seus vínculos externos resultam, assim, em relações verticalizadas, sem engendrar sinergias regionais.

Também constitui espacialidade de média relevância a porção Noroeste, englobando, principalmente, Umuarama, Paranavaí, Cianorte e outros municípios do entorno desses. Tais municípios ganham menor destaque, porém exercem papel central no desempenho de funções mais complexas e modernas em uma região que mantém base agropecuária. Nessas centralidades, começam a consolidar-se atividades possivelmente irradiadas do segundo espaço, seja pelos vínculos históricos do caminho da ocupação, seja pela própria expansão das atividades, num movimento do capital a partir do Norte Central, todavia num estágio relativamente mais atrasado. Apontam para a possibilidade de estarem constituindo articulações na própria região, sem perderem, ainda, a condição de expulsores de população, dando indícios de que as atividades desenvolvidas não conseguem absorver a força de trabalho existente, embora tenham apresentado taxas de crescimento anual do emprego formal, particularmente do emprego industrial, bem acima da média estadual.

Ainda nesta categoria encontra-se a porção Sudoeste, articulando municípios que historicamente funcionaram como “portas de entrada” dos vetores de atividades oriundas dos estados do Sul. A região se insere, assim, na divisão social do trabalho, pela entrada da força colonizadora do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, mantendo a predominância da produção e da transformação agropecuárias. Tentam ampliar sua integração nacional e internacional pela inovação e pela diferenciação de produtos e atividades do Setor Primário (vinhos, embutidos etc.), em função de seus reduzidos capitais. Poucas e novas indústrias surgem em busca de alternativas para inserção econômica nessa condição, colocando-se como tentativas locais de diversificação, porém sem manifestar, ainda, condições de aglutinar e otimizar excedentes mais expressivos, sofrendo as barreiras impostas pela própria estrutura.

Guarapuava (estendendo-se a Irati) e Campo Mourão, constituindo-se pontos economicamente relevantes centrados em porções do território que não manifestam condições similares, são também espacialidades de média relevância. Funcionam como receptáculos da produção do entorno, o que, pela natureza, não permite impulsionar uma estrutura econômica e social horizontalizada. Em Guarapuava, a estrutura da terra em grandes propriedades, a presença de atividades com baixo potencial gerador de emprego – basicamente a soja e, mais ao sul, o

extrativismo – e a incapacidade de desencadear outras atividades, além do baixo potencial para o uso agrícola, contribuem para o baixo dinamismo regional. Ademais, historicamente, proprietários dessas extensas porções fundiárias sempre remeteram para fora os excedentes obtidos com a exploração da terra. Os poucos excedentes que permanecem na região centram-se em Guarapuava, que se consolida como base de apoio e prestação de serviços, favorecida, também, pela localização privilegiada num dos mais importantes corredores viários do Estado. Daí a pobreza do entorno, disseminada em pequenas propriedades relegadas às partes menos férteis e com piores condições de produção. Mesmo assim, percebem-se movimentos, ainda que muito tímidos, na busca de inserção diferenciada na divisão social do trabalho. Com outras características, Campo Mourão tem como explicação da verticalidade das relações o fato de sediar a Cooperativa Agropecuária Mourãoense (COAMO), colocando-se sob comando dessa importante unidade empresarial. Extrai significativo excedente de seu entorno, o que lhe assegura expressão econômica e política e lhe permite instrumentalizar sua estrutura de comércio e de serviços, estreitando seus vínculos externos, porém sem grandes desdobramentos regionais.

1.3.4 Espacialidades de Mínima Relevância

Constitui uma das espacialidades de mínima relevância a fronteira com o Estado de Santa Catarina, tendo a positividade da sinergia das relações fronteiriças permeada por pequenas aglomerações ou ocupações contínuas entre centros urbanos dos dois estados. Reproduz, em parte, a história de ocupação do Centro-sul paranaense, pautada no extrativismo; representa um vetor de entrada das atividades econômicas catarinenses; e recebe os efeitos da dinâmica econômica metropolitana, nesse caso facilitados pela infra-estrutura viária.

Outra espacialidade dessa categoria é o Norte Pioneiro, que conta com uma história de apogeu e decadência, ligados à economia cafeeira, que legou a possibilidade de consolidação de poucos – mas importantes – ativos institucionais. Essa porção do Paraná estabelece fortes vínculos com o Estado de São Paulo.

Nessas duas espacialidades, mesclam-se condições de relevância e criticidade, pois alguns municípios parecem apontar que a atividade econômica neles desenvolvida é insuficiente para melhorar as condições sociais da população (caso mais perceptível na porção fronteiriça com Santa Catarina). Outros, embora apresentem melhores condições sociais, não demonstram qualquer expressão econômica ou institucional (caso da porção fronteiriça com São Paulo).

1.4 ESPACIALIDADES SOCIALMENTE CRÍTICAS

Municípios sem indicadores econômicos de relevância, densidade ou concentração e com nítida precariedade social fazem-se representar pela extensa porção central do Estado e pela porção Vale do Ribeira/Guaraqueçaba, além de pontuarem dispersamente outras regiões do Estado.

Não necessariamente formando uma área contígua, pelos menos 25% dos 399 municípios paranaenses enquadram-se na condição de espacialidades socialmente críticas, em função dos elevados índices de criticidade apontados pelos indicadores sociais e dos baixos índices nos indicadores econômicos, denunciando sua incapacidade de reversão do quadro em que se encontram, resultado do isolamento e/ou da marginalização inerente à divisão social do trabalho a que foram submetidos ao longo das últimas décadas. Em hipótese alguma essa área deve ser dissociada dos espaços economicamente relevantes, devido à condição periférica que cumprem diante do modelo hegemônico. Além disso, embora com baixa representatividade política, esses municípios, somados, totalizaram, em 2006, perto de 1 milhão de eleitores.

A quase totalidade desses municípios apresentou, em 2000, renda média da população inferior a 1,5 salário mínimo. Outra característica comum é o elevado contingente de população rural, que, somado, ultrapassa 32% da população rural do Estado, o que revela uma relação biunívoca – ao menos nessas espacialidades – entre precariedade social e ruralidade.

No caso do Vale do Ribeira, há que se salientar seu isolamento de parcela do território paranaense, a partir da pavimentação da BR-116 (Regis Bittencourt) em 1960, tornando-se hegemônica na ligação Curitiba–São Paulo e condenando a BR-476 (Estrada da Ribeira) e os municípios que ela articula ao ostracismo.

A porção central do Estado, por sua vez, apresenta fatores socioculturais importantes, devido à presença de reservas indígenas, quilombos e assentamentos rurais; à estrutura fundiária secular, entre outros, que certamente possuem papel contributivo na realidade atual. Mas, primordialmente, as restrições quanto ao uso do solo, bem como o modelo econômico extrativista (madeira/erva-mate), que remonta aos primórdios da exploração capitalista nessa região, são, certamente, fatores determinantes. Acrescem-se a isso os fatos de a maioria desses municípios encontrar-se ilhada pelo principal sistema viário do Estado e ser pouco recortada por outras vias de transporte.

Essas áreas colocam-se em posições limites aos espaços economicamente relevantes e, também, permeando-os, participando, em grande medida, de sua dinâmica como periferias. Relegadas inicialmente pelas restrições do solo à produção agrícola, funcionam como reservas para expansão física das atividades dos espaços relevantes, sendo incorporadas aos poucos, com apoio de tecnologia e infra-estrutura. Exemplo disso é o resgate produtivo do Extremo Noroeste do Estado, restringido historicamente pelo substrato físico formado pelo arenito caiué – fortemente suscetível à erosão, mas controlado com uso de tecnologias e manejo adequados – ou pela latente possibilidade de ampliação da produção agrícola no Vale do Ribeira, a partir da adequação do sistema viário, que restringe a circulação de mercadorias. Ressalta-se que, somada à

limitação física, a falta de representação política também se coloca como obstáculo à inserção dessas áreas na divisão social do trabalho. Essas espacialidades críticas representam um fato estrutural próprio da dinâmica seletiva da expansão do capital.

1.5 TENDÊNCIAS

Na seqüência, como tendências, serão destacados alguns aspectos que emergiram ao longo do estudo realizado, que se põem, repõem e se reafirmam ao longo do desenvolvimento internacional e nacional. Ou seja, trata-se de explicitar a forma provável de desenvolvimento socioeconômico futuro do Paraná, por meio de constatações e de interpretações relativas aos movimentos econômico-sociais que são da natureza da produção capitalista.

1.5.1 Demografia, Rede Urbana e Transportes

De um Estado com pouco mais de 1,2 milhão de habitantes em 1940, prevê-se que o Paraná atinja, no ano 2020, uma população total superior a 11,9 milhões. Embora estime-se que se mantenha crescente entre 2000/2010, no decênio seguinte será agregado um contingente menor de habitantes ao Estado. Mesmo assim, nos dois primeiros decênios pós-2000 estarão sendo incorporados mais de 1 milhão de moradores ao Paraná.

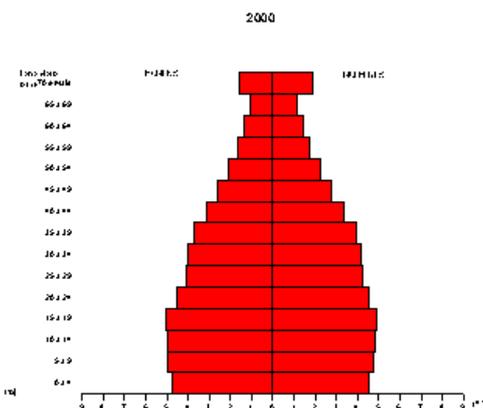
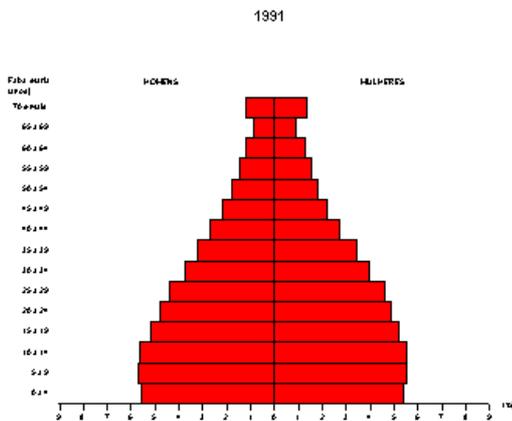
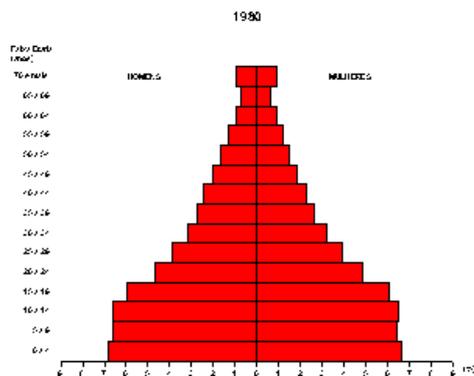
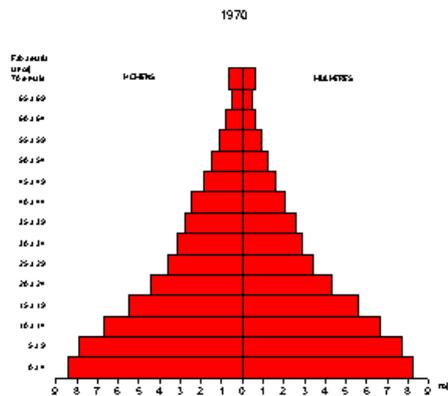
O crescimento da população, que desde a metade do século vem se dando a taxas médias geométricas anuais em declínio, embora com menor intensidade a partir dos anos 1990, tende a assumir proporções de incapacidade de manutenção da própria base, pois retoma, neste novo século, percentuais ao ano inferiores a 1. Contribuindo para essa redução do ritmo de crescimento encontra-se o declínio das taxas de fecundidade total (TFTs), que chega na década de 1980 a 2,7 filhos por mulher em idade reprodutiva.

Em contrapartida, a mortalidade também exprime tendência de declínio, gerando, no início da década de 1990, uma esperança de vida para a população masculina e feminina do Estado de 65 e 72 anos, respectivamente.

Essas mudanças promovem uma nova conformação na estrutura etária da população. Até o início dos anos 1970, as pirâmides etárias do Paraná apresentavam formato triangular, de base larga, representativo de populações que vivenciaram historicamente elevados níveis de fecundidade e mortalidade. Ao final dos anos 1990, percebe-se relativo envelhecimento da população, com redução da participação dos grupos etários mais jovens e aumento das proporções de idades adultas e idosas (figura 1). No ano 2000, exprimindo o declínio da fecundidade e o aumento da longevidade, o índice de idosos² no Paraná correspondia a 19,7. Evidentemente essa situação não é homogênea, com índices que variam de mais de 26, nas porções Noroeste e Norte Pioneiro, a pouco mais de 13, no Centro-Sul paranaense.

FIGURA 1 - PIRÂMIDE ETÁRIA DA POPULAÇÃO TOTAL DO PARANÁ - 1970/1980/1991/2000

² Relação entre o número de pessoas de 65 anos e mais e o número de menores de 15 anos de idade.



FONTE: IPEA/IBGE
 NOTA: Dados brutos extraídos do Censo Demográfico 1991 - IBGE

Estudos demográficos demonstram que áreas de menor dinamismo econômico tendem a perder proporcionalmente mais pessoas adultas-jovens, que partem para outros destinos em busca de melhores oportunidades de trabalho e de renda. Nas regiões de maior adensamento populacional, é elevada a proporção de pessoas em idade ativa pressionando os mercados de trabalho e demandando meios para a obtenção de renda. Assim, em função desses segmentos etários, deverão estar atuando políticas, programas e projetos que dinamizem a economia das localidades e promovam a geração de empregos e a circulação da renda. No caso do alargamento dos segmentos de idades mais avançadas, as políticas devem contemplar programas de inserção ativa na sociedade, por meio de opções de trabalho, cultura e lazer, além de voltar-se à definição de projetos habitacionais, de circulação e de saúde compatíveis com as necessidades desses segmentos crescentes da população.

Do ponto de vista da rede de cidades, as novas configurações espaciais caracterizam-se por alterações significativas na divisão territorial do trabalho entre os municípios que formam os sistemas urbanos regionais. Os nós dessa rede estruturam-se adensadamente no entorno do núcleo metropolitano ou em torno de pólos dotados de maior capacidade técnico-científica e de maior oferta de atividades de comércio e serviços de alto nível, integrados à rede das aglomerações internacionais por meio de infra-estruturas viárias, portuárias, de aeroportos internacionais, teleportos, entre outros.

A manutenção das tendências de crescimento e ocupação reforçarão a heterogeneidade presente entre os municípios paranaenses, impondo estratégias territoriais que orientem ações adequadas à sua distinta natureza. Somado a isso, os municípios de onde partem os maiores fluxos do movimento pendular são também os que vêm apresentando as taxas de crescimento geométrico da população entre as mais elevadas, muitas vezes superiores ao dobro da taxa do Paraná. Esse comportamento, que guarda relação com a lógica do funcionamento do mercado imobiliário e com a deficiência de políticas para moradia, compatíveis com as crescentes demandas das aglomerações, tende a se agudizar.

No reverso desse processo de concentração, a dispersão espacial de pequenos centros urbanos ainda não pode ser considerada como capaz de reter os fluxos migratórios que se dirigem às áreas mais concentradas, dado que são privadas de opções de ocupação e geração de renda. Isso se percebe na tendência manifesta de maior crescimento da população urbana nas maiores cidades, incluindo o pólo metropolitano de Curitiba. Entre elas, algumas correspondem à noção expandida de “cidades médias”, na sua maioria centros urbanos regionais e sub-regionais, cujo crescimento é importante para as políticas sociais de distribuição de renda e combate à pobreza. Essas cidades, ainda que não apresentem os níveis de problemas urbanos das áreas de concentração, tendem a rumar nessa direção, na medida em que ingressam num processo de maior complexidade na gestão urbana. Ao mesmo tempo, potencializam estímulos que podem ter uma abrangência positiva sobre municípios menores de seu entorno, promovendo uma nova dinâmica regional.

Entre outros impactos, desmatamentos clandestinos ou não autorizados, desrespeitando a obrigatoriedade de preservação permanente das matas ciliares, ameaçam os recursos hídricos e os mananciais de abastecimento. Tal ameaça se agudiza principalmente nas áreas adjacentes a aglomerações urbanas, onde a ocupação e os usos afetam de forma dramática o ciclo natural de renovação desses recursos, resultando em rios poluídos por dejetos de esgotamento domiciliar, resíduos industriais e rejeitos, algumas vezes de alta toxicidade.

No contraponto, pequenos municípios em esvaziamento conformam um recorte que exige também atenção particularizada, já que, na maioria, estão inseridos em áreas de fraca dinâmica econômica e apresentam indicadores sociais menos qualificados. As condições de escala dessas municipalidades, associadas à contínua evasão de população e de atividades, restringem as possibilidades de uma sinergia que propicie uma dinâmica mínima necessária para a sua sustentação enquanto núcleo urbano.

1.6 ECONOMIA E INFRA-ESTRUTURA TÉCNICO-CIENTÍFICA

O estudo mediado pela divisão social do trabalho apontou a inegável integração do Estado aos sistemas produtivos nacional e internacional e relações econômicas e sociais mais estreitas com estados e países fronteiriços. Complementarmente, a análise de séries históricas evidenciou a consolidação de espaços econômicos distintos, quer por sua diversidade, quer pela especialidade, ao mesmo tempo em que apontou o surgimento de novos pólos em espaços antes inexpressivos na geração de excedente econômico.

Os espaços hierarquicamente organizados pela produção de excedente econômico, conquanto ainda estejam em processo de consolidação, são praticamente os mesmos evidenciados nos anos 1970, apesar de terem sofrido alguma alteração na ordem de importância de cada um deles. Igualmente, são os mesmos municípios que permanecem sediando os segmentos econômicos mais modernos e com maior capacidade de geração de valor, a mais densa estrutura de serviços e as unidades administrativas descentralizadas do Governo Estadual (e, em algumas, também do Governo Federal).

Por conseguinte, é neles que estão as melhores condições de trabalho, em termos quantitativos e qualitativos, e de vida, por organizarem a mais abrangente estrutura de apoio aos cidadãos, no que se refere aos aspectos sociais e políticos. Por esse conjunto de possibilidades que reúnem, tais municípios mantêm-se como pólos de atração das atividades produtivas e da população, insinuando uma tendência à exacerbação da concentração econômica nas espacialidades constatadamente mais dinâmicas. Destaca-se, nesse sentido, a contínua concentração econômica, política, técnico-científica e populacional no primeiro espaço relevante, provocando sérios desequilíbrios internos ao Estado.

Se o estudo aponta que alguns municípios e espacialidades apresentam maiores atrativos, é importante lembrar que os diversos espaços integraram-se diferentemente, segundo

os ramos e/ou setores das produções nacional e internacional, gerando processos (integradores ou desintegradores) também diferenciados internamente. Apesar disso, ficou evidente que algumas atividades são incapazes de propagar-se no território, de gerar uma estrutura produtiva complementar mais densa e um setor terciário que acomode as demandas sociais mais básicas, mas, especialmente, de gerar renda e de distribuir seus ganhos para parcela maior da população, de modo que pobreza e riqueza convivem lado a lado. Assim, outra tendência identificada, salvo alguma ação contrária, é de manutenção e aprofundamento da heterogeneidade e da desigualdade em todas as escalas.

Reforçando esse quadro, as iniciativas do Governo Federal, no sentido de formulação e implementação de uma política nacional de desenvolvimento regional com base em um sólido projeto de integração nacional e redução das desigualdades e injustiças sociais, têm sido incipientes. Aliado a isso, as ações voltadas à ampliação e consolidação de infra-estrutura compatível com a dimensão territorial e com as demandas econômicas e sociais brasileiras têm sido insuficientes, e a política econômica e a manutenção das taxas de juros em níveis elevados não têm contribuído para a equiparação do País ao nível de seus competidores. Assim, as diferenças na competição internacional permanecem sendo compensadas com salários baixos e superexploração da força de trabalho. Considerando-se tais condições, não se espera, para os próximos anos, um crescimento econômico que alavanque significativamente os diversos setores econômicos e as distintas espacialidades, de modo que parte significativa da população permanecerá alijada do produto social.

Entretanto, é necessário mencionar o esforço do Governo do Estado do Paraná no sentido da constituição de uma política estadual de desenvolvimento regional, nos últimos quatro anos. Os primeiros estudos para a conformação dessa política, bem como a identificação das dinâmicas regionais paranaenses e a definição de linhas estratégicas de ação, já foram formulados, e espera-se que as ações sejam desencadeadas nos próximos quatro anos. Sendo implementada, o êxito dessa iniciativa poderá configurar-se como medida de contratendência, melhorando as condições do desenvolvimento socioeconômico do Paraná.

Complementarmente, percebe-se que políticas nacionais de distribuição de renda, como a elevação do salário mínimo nacional e políticas sociais (Bolsa Família e Benefício de Prestação Continuada, por exemplo), implementadas nos últimos anos, têm produzido um resultado importante, incorporando parcela da população excluída de condições mínimas de vida. Destaca-se, também, que no período 2000-2005 foram os mais significativos na geração do emprego formal no Brasil e no Paraná (respectivamente, 26,73% e 27,58%), particularmente do emprego industrial (26,73% e 39,20%), enquanto os três quinquênios anteriores não excederam, respectivamente, a 13,21% e 17,11% para o emprego total, e 4,52% e 15,21% para o emprego industrial.

Estudos sobre atividades econômicas demonstram que o peso das atividades agropecuárias somadas às agroindustriais mantém-se elevado no Paraná, mas seu potencial de crescimento é muito dependente da demanda internacional, de um lado, e do nível salarial interno,

de outro. O mercado internacional deve manter a trajetória recente.

Ainda quanto à produção agrícola e agroindustrial, mantido o atual padrão de crescimento, baseado na ampliação das escalas de produção, pode-se apontar que as atividades agropecuárias paranaenses, no geral, têm elevado nível tecnológico e que a fronteira agrícola está esgotada. Portanto, o crescimento dependerá do processo inovativo e da capacidade dos agricultores de incorporar as inovações, particularmente aqueles de menor porte.

O ramo agroindustrial de papel e papelão apresenta boas condições no Estado de responder a eventuais incrementos da demanda. No entanto, o impacto dessa agroindústria no conjunto da economia são questionáveis. A produção de árvores tem desalojado pequenos agricultores, e a demanda de trabalho é sazonal. A produção industrial propriamente dita estabelece poucos vínculos com outras atividades industriais, tornando a economia regional muito especializada e dependente da atividade, como se observa nas regiões do Estado onde essa atividade vem crescendo. Ademais, tal atividade não se caracteriza por uma elevada geração de emprego.

Raciocínio semelhante pode ser desenvolvido para a agroindústria do açúcar e do álcool. Desdobramentos sobre os combustíveis renováveis estão impulsionando muito fortemente a produção de cana-de-açúcar em todo o norte do Estado, que apresenta características físico-climáticas favoráveis. Nesse caso, a capacidade instalada da indústria sulcroalcooleira deve crescer, acentuando a concentração fundiária, a migração rural, o despovoamento e o empobrecimento de municípios, especialmente se a produção de cana pelas próprias usinas continuar a ser o padrão predominante da cadeia de produção.

Nas atividades industriais urbanas, o pólo automotivo do Estado, o terceiro do País, exhibe muitas lacunas na cadeia de fornecimento, estando aí possibilidades de expansão da malha industrial. No entanto, as estratégias de crescimento dessas empresas são determinadas, tendo em vista as oportunidades mundiais, atuais e futuras. Alerta-se, ainda, para a origem do capital de tais empresas e que seus centros de decisão nem sempre se encontram no Paraná, ou no Brasil.

Em situação similar encontra-se o segmento industrial de refino de petróleo. Apesar de ser o principal segmento da indústria paranaense, ele não foi suficiente para constituir um pólo petroquímico no Estado. Decisões de ampliação e diversificação de sua produção são definidas nacionalmente, e o Governo do Estado pouco tem influenciado nesse sentido.

2 DIAGNÓSTICOS SETORIAIS

O presente diagnóstico retrata a situação de áreas importantes para a atuação do Estado, apresentando inicialmente a realidade e os desafios originados pelo processo de desenvolvimento das cidades e regiões, passando pela infra-estrutura disponível para o desenvolvimento, pela opção do turismo como fonte importante de geração de renda e emprego, e finalizando com aspectos importantes para o processo de inclusão social, como as áreas de Educação, Ensino Superior e Cultura.

2.1 DESENVOLVIMENTO URBANO E REGIONAL

As distintas formações espaciais que configuram o cenário regional exigem uma política desdobrada em programas que sejam ajustados às suas características. Em termos de desenvolvimento urbano, identifica-se o seguinte cenário: necessidade de estruturação integrada das grandes aglomerações e suas respectivas regiões funcionais; promoção acelerada de regiões deprimidas; e atuação dirigida a regiões especiais.

2.1.1 Estruturação das Grandes Aglomerações

Há, no Paraná, uma aglomeração urbana de porte metropolitano, polarizada por Curitiba; duas aglomerações urbanas em formação de caráter metropolitano, articulando o complexo urbano do Norte Central paranaense, polarizadas por Londrina e Maringá; e duas aglomerações de caráter não-metropolitano, articulando o complexo do Oeste paranaense, polarizadas por Cascavel e Foz de Iguaçu, sendo que nestas existe ainda a polarização incipiente de Toledo. Além destas, há, ainda, a formação em curso de uma aglomeração urbana polarizada por Ponta Grossa.

O crescimento dessas aglomerações com ocupação estendendo-se aos municípios vizinhos, assim como o grau de demandas crescentes e complexas dos seus habitantes, exige exercício de funções públicas de interesse comum, que são endossadas por destaque na norma constitucional. Essas funções abrangem, entre outras, o transporte coletivo, o saneamento ambiental e o próprio ordenamento do uso e ocupação do solo. São funções cuja natureza já não se restringe ao âmbito de um só município, mas passa a exigir ação ordenada entre o conjunto de municipalidades envolvidas.

2.1.2 Promoção Acelerada de Regiões Deprimidas

Enquanto alguns pontos do território paranaense apresentam grande concentração de atividades, que são associadas também aos eixos de circulação, gerando uma base logística extremamente atrativa para os empreendimentos urbanos produtivos, existem também extensas

regiões que não alcançaram ainda um nível de desenvolvimento compatível com a dinâmica das grandes aglomerações. Como exemplo, cita-se o Vale da Ribeira de Iguape, na sua porção paranaense, que está inserido na Região Metropolitana de Curitiba.

2.1.3 Atuação Dirigida a Regiões Especiais

Identificaram-se como regiões especiais aquelas áreas nas quais o processo de ocupação do espaço resulta em ações predatórias a uma base natural frágil, submetendo parcelas significativas da população a condições de vulnerabilidade socioambiental, como o Litoral Paranaense e o Corredor do Rio Iguaçu.

Região Metropolitana de Curitiba

A Região Metropolitana de Curitiba, instituída originalmente pela Lei Complementar Federal n.º 14/73, compreende 26 municípios em uma área de 13 mil km², configurando um território extenso e bastante heterogêneo, com uma população estimada de 3,4 milhões de habitantes e um Produto Interno Bruto de R\$ 37,7 bilhões.

Representa cerca de 34% da população paranaense e mais de 35% da economia estadual, configurando a concentração que acompanhou o processo de urbanização do Paraná a partir dos anos 1970, decorrente de seu expressivo dinamismo econômico e urbano. Esse desequilíbrio regional apresenta um duplo desafio para a gestão pública estadual: por um lado, a necessidade de promover o desenvolvimento no interior e, por outro lado, de propiciar condições físicas, econômicas, sociais e sustentabilidade ambiental para o aglomerado metropolitano, promovendo melhor distribuição das condições de vida para todos os compartimentos metropolitanos.

Entre esses compartimentos, destaca-se o Núcleo Urbano Central, que se configura em uma única mancha urbana central, conformando uma Curitiba Metropolitana, concentrando 95% da população e da economia regional. Análises socioespaciais da RMC apontam que, sob efeitos do processo de internacionalização da economia, a ocupação seletiva que formatou o espaço metropolitano da capital paranaense torna-se mais acentuada. Ademais, passa a agregar um diferencial: atualmente, as classes de rendimento médio e alto estão optando pelas mesmas áreas periféricas, até então redutos de população de menor renda, atraídas pela oferta de condomínios de luxo, perfeitamente conectados a Curitiba. Nas periferias também se localizam novos distritos industriais que conformam o pólo automotivo do Estado do Paraná, além de grandes empreendimentos comerciais, empresariais e de serviços. As municipalidades menos dinâmicas não se encontram capazes de responder às exigências de modernização postas por esses empreendimentos quanto aos padrões de competitividade e atratividade às atividades modernas, permanecendo excluídas do processo, abrigando a população pobre e as atividades segregadas. A pobreza passa, também, a aumentar no interior do pólo metropolitano, que responde pelos contingentes mais elevados de famílias carentes e domicílios inadequados entre os municípios da RMC.

As estratégias de gestão no espaço metropolitano estão vinculadas fortemente às diretrizes gerais de desenvolvimento metropolitano. No contexto atual, destaca-se a relação de dependência entre o modelo de gestão dos mananciais com as demais estratégias metropolitanas de desenvolvimento. O Plano de Desenvolvimento Integrado da RMC (PDI) contempla uma proposta de ordenamento territorial da metrópole, em que estão conjugados fatores ambientais, físicos e econômicos. A proposta físico-territorial procura delinear, basicamente, as diretrizes necessárias para responder às demandas de apropriação do espaço urbano até o ano de 2020, dada a pressão demográfica de incremento populacional na ordem de 1,05 milhão de pessoas. Foram previstos quais os espaços necessários e possíveis para esse crescimento, e indicadas as áreas de proteção aos mananciais da RMC, a área de interesse de proteção do carste e das unidades de conservação, complementadas com propostas de novo sistema viário.

A orientação do planejamento metropolitano também foi efetuada visando minimizar conflitos entre o fluxo viário regional, as aglomerações urbanas e o uso econômico, além de indicar a necessidade de abertura de novas vias ao sul da região, com o objetivo de dar suporte e direção ao crescimento metropolitano.

O planejamento da RMC para o próximo quadriênio deve ser pautado a partir do entendimento de que a metrópole continuará a exercer um forte poder de atração econômica e social. No entanto, esforços deverão ser voltados para que a geração de oportunidades seja efetuada da maneira mais equilibrada possível entre os demais municípios, visando a uma nova política de fortalecimento dos mesmos.

A Região Metropolitana de Curitiba deverá chegar a 2020 com uma população próxima de 4,4 milhões de pessoas, absorvendo mais de 87% do crescimento demográfico observado pelo Paraná entre 2000 e 2020, atingindo a concentração de 44% da população paranaense. Da expansão próxima a 1,7 milhão de pessoas em 20 anos, Curitiba deverá absorver cerca de 270 mil, sendo que mais de 1,4 milhão deverá residir nos demais municípios metropolitanos. É como fosse conformada uma nova capital ao lado da existente, sem as mesmas condições financeiras e econômicas para sustentar as demandas sociais e as pressões sobre o meio ambiente.

Há municípios com elevado grau de desenvolvimento; outros, ainda, caminham para descobrir a sua vocação. Porém, o progresso conjunto só será alcançado mediante a corresponsabilidade de todos os municípios, ajustando o desenvolvimento de cada um às questões regionais de interesse comum, como já apontado anteriormente.

Dentre os problemas a serem enfrentados nos próximos anos, destacam-se:

- a) sistema logístico;
- b) ocupação territorial;
- c) planejamento físico-territorial;
- d) desenvolvimento socioeconômico.

2.2 INFRA-ESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO: DESAFIOS PRESENTES

2.2.1 Habitação

O Paraná, de acordo com a Fundação João Pinheiro, possui um déficit habitacional de 260.648 domicílios, sendo 229.069 domicílios urbanos e 31.579 domicílios rurais. O déficit relativo do Estado é de 9,8%, representado 3,92% do déficit habitacional nacional. Existem ainda cerca de 180 mil famílias vivendo em áreas de ocupação irregular (favelas) no Estado do Paraná, totalizando 650 mil pessoas.

Apesar de o senso comum afirmar que o Sul do Brasil apresenta as melhores condições de vida, refletidas nos maiores índices de expectativa de vida, dentre todos os índices nacionais, o Estado do Paraná sofre as mazelas da exclusão social.

Isso repercute em áreas ocupadas irregularmente, com sub-habitação, sub-emprego, desemprego e aumento crescente da violência urbana, marcas de um processo acelerado de urbanização desordenada. Seja por falta de condições de vida digna no campo, que não contou com atrativos suficientes para manter sua população original, seja pela disseminação das monoculturas mecanizadas, convite para expulsão rumo às periferias das cidades, o fato é que a falta de oportunidades de desenvolvimento humano condenou populações inteiras à marginalização do tecido social produtivo.

A chegada dos migrantes brasileiros às cidades chocou-se com a lógica de ocupação dos espaços urbanos, submetidos à exploração imobiliária, onde a posse egoísta da terra é a regra, restando aos pobres, recém-chegados, áreas sujeitas a degradação ambiental, erosão, alagamento, desmoronamento e risco social. Tal fenômeno de favelização já atinge de forma surpreendente as cidades de médio e pequeno porte do Estado.

Solucionar esses espaços urbanos significa reconhecer a existência de contradições entre o formal e o informal, a coexistência de classes sociais que devem se reconhecer, respeitar e conviver, superando a negação e as tentativas de se camuflar a realidade de um país que vive a concentração de renda e diferentes padrões aquisitivos e de consumo.

Relocar o mínimo, reequilibrar as relações entre homem e meio ambiente, preservar os rios, regularizar a posse da terra, o acesso à moradia, a redistribuição da renda mediante a oportunidade de empregos significa investir em qualidade de vida não apenas para os diretamente envolvidos, mas para todo o conjunto da sociedade.

2.3 SANEAMENTO

A situação atual do Brasil para a universalização do acesso aos serviços de saneamento mostra, segundo o Ministério da Saúde, que cerca de 700 mil internações hospitalares são provocadas anualmente por doenças relacionadas à ausência ou insuficiência de saneamento básico.

O Brasil precisa de R\$ 180 bilhões para os próximos 20 anos ou R\$ 9 bilhões ao ano de investimento no setor, mas o investimento tem sido de cerca de R\$ 3 bilhões ao ano.

Atende com água tratada a 95,4% da população urbana, coleta 50,6% do esgoto sanitário gerado e somente 55,0% é tratado.

Já o Paraná atende com água tratada a 99,0% da população urbana, coleta 47,0% do esgoto sanitário gerado e 97,0% é tratado. Dos resíduos sólidos urbanos gerados no Paraná, são dispostos 60,15% em aterros sanitários, 3,01% em aterros controlados e 36,84% em lixões.

A Companhia de Saneamento do Paraná (SANEPAR) atua em 344 dos 399 municípios, atendendo diretamente a 8.505.000 habitantes. Na área urbana, a SANEPAR beneficia com abastecimento de água uma população de 8.418.000, contando para isso com 2.281.434 ligações, 38.386.000 m de rede de distribuição, 847 poços artesianos e 179 estações de tratamento de água. Quanto ao esgoto sanitário, a população urbana atendida é de 4.254.000 habitantes, utilizando para isso 1.043.654 ligações, 18.807.000 m de rede coletora e 211 estações de tratamento.

A tabela 1 demonstra os investimentos realizados pela companhia no período de 2003 a 2006, e a previsão de expansão no período 2007 a 2011 é mostrada na tabela 2.

TABELA 1 - INVESTIMENTOS DA SANEPAR - PARANÁ - 2003-2006

SANEAMENTO	INVESTIMENTO (R\$ milhões)			
	2003	2004	2005	2006
Água	138	160	168	244
Esgoto	113	137	193	256
TOTAL	251	297	361	500

FONTE: SANEPAR

TABELA 2 - EXPANSÃO NO ATENDIMENTO DA SANEPAR - PARANÁ - 2007-2011

EXPANSÃO	2007	2008	2009	2010	2011
Execução de ligações água (abs.)	67.129	66.388	62.834	62.206	61.584
Percentual de atendimento	98,9	99,5	99,5	99,5	99,5
Execução ligações esgoto (abs.)	82.055	119.611	133.170	109.025	118.559
Percentual de atendimento	52	56	60	60	63

FONTE: SANEPAR

Com tal expansão, espera-se manter acima de 99% o atendimento com abastecimento de água à população urbana das cidades administradas pela SANEPAR, e 80% da população urbana, com esgoto sanitário, nas cidades com população acima de 50 mil habitantes administradas pela Companhia. Para a população urbana nas cidades com população entre 5 mil e 50 mil habitantes, prevê-se atender a 65% da população. Os recursos previstos para o período encontram-se detalhados na tabela 3.

TABELA 3 - INVESTIMENTOS PROGRAMADOS DA SANEPAR - PARANÁ - 2007-2011

RECURSOS	INVESTIMENTO (R\$ milhões)				
	2007	2008	2009	2010	2011
Próprios	199,9	358,0	205,4	58,1	15,2
Financiados	158,7	173,8	116,7	68,4	153,4
TOTAL	358,6	531,7	322,1	126,5	168,6

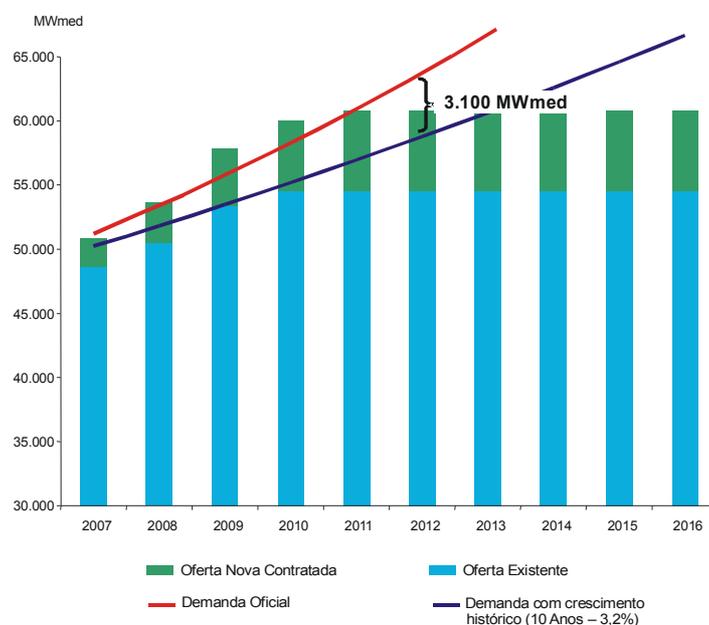
FONTE: SANEPAR

2.4 ENERGIA

O planejamento do setor energético é fundamental para assegurar a continuidade do abastecimento e/ou suprimento de energia ao menor custo, com o menor risco e com os menores impactos socioeconômicos e ambientais para a sociedade brasileira.

A descontinuidade dos investimentos nos últimos anos, associada ao crescimento da economia, com tendências claras de aumento desse crescimento levando a um incremento na demanda por energia elétrica, indica um quadro de riscos de racionamento e elevação de custos, caso não sejam implementadas soluções com perspectivas de curto, médio e longo prazos. É nesse contexto nacional que o planejamento do setor torna-se fundamental para apontar soluções estruturadas. O gráfico 1 apresenta a evolução de oferta e demanda até 2016, o que aponta para risco de desabastecimento a partir de 2012, pela previsão oficial de crescimento da demanda.

GRÁFICO 1 - EVOLUÇÃO DA OFERTA E DEMANDA - BRASIL - 2007-2016



FONTE: APINE

A tabela 4 mostra a previsão de incremento do consumo total de energia elétrica, período 2006-2011, no mercado em âmbito nacional, considerando duas trajetórias, uma inferior e outra superior. Em qualquer uma das trajetórias e nos diferentes períodos apresentados, observa-se que a variação de crescimento da demanda é igual ou superior a 5%.

TABELA 4 - PROJEÇÃO DE CONSUMO DE ENERGIA - BRASIL -2006-2016

PERÍODO	TRAJETÓRIA	
	Inferior	Superior
Consumo (TWh) ⁽¹⁾		
2006	388,3	388,3
2011	496,0	514,7
2016	636,6	673,1
Variação (% ao ano)		
2006-2011	5,0	5,8
2011-2016	5,1	5,5
2006-2016	5,1	5,7
Elasticidade		
2006-2011	1,26	1,21
2011-2016	1,14	1,10
2006-2016	1,19	1,15

FONTE: Empresa de Pesquisa Energética - EPE

(1) Inclui autoprodução.

Para evitar problemas de abastecimento, especialistas do setor projetam necessidades anuais de investimento entre R\$ 13 bilhões e R\$ 15 bilhões em novas usinas. Entretanto, o atraso nesses investimentos, que demandam grande prazo de implantação e que são fundamentais para o crescimento do Brasil, é preocupante. Já as previsões relativas ao balanço energético nacional apontam déficit provável entre o período de 2008 e 2010. Existe, ainda, incerteza quanto às possibilidades de participação das usinas térmicas na matriz energética, já que as mesmas dependem das disponibilidades do gás natural.

A carga de energia elétrica do Brasil, que em 2005 registrou o valor de 47.583 MW médios, em 2015, conforme as previsões associadas para os cenários de trajetórias de referência, média, baixa e alta, alcançam, respectivamente, 76.224 MW, 69.427 MW e 81.158 MW médios, representando acréscimos médios anuais de 2.604 MW, 1.986 MW e 3.052 MW médios.

O equacionamento da oferta de energia elétrica para a trajetória de crescimento de referência do mercado aponta, ao longo do horizonte decenal, para uma expansão de 39.057 MW na capacidade instalada no Sistema Interligado Nacional (SIN), dos quais 30.045 MW em usinas hidrelétricas e 9.012 MW em usinas termelétricas.

Os investimentos estimados necessários à expansão da geração ao longo do horizonte decenal são da ordem de R\$ 75,0 bilhões, dos quais R\$ 60,0 bilhões referentes a usinas hidrelétricas e R\$ 15,0 bilhões a unidades térmicas.

Considerando-se o Cenário de Referência, os riscos de déficit de profundidade superior a 1% da carga são inferiores a 4% em todos os subsistemas no período 2006-2008. Portanto, conclui-se que as condições de atendimento neste triênio seriam satisfatórias, com probabilidades de pequenas ocorrências de déficits mais severos.

Para 2009, está prevista uma elevação dos riscos de déficit em todos os subsistemas, caracterizando uma tendência de desequilíbrio entre oferta e demanda no final do quinquênio.

Em resumo, pode-se afirmar que com taxa equivalente de crescimento anual do mercado de 5,3% no período 2006-2008, as condições de atendimento do SIN são, em geral, satisfatórias, desde que se concretize o programa de obras de geração e de interligações inter-regionais. Vale ressaltar, que, conforme destacado anteriormente, observa-se uma tendência de elevação nos riscos de déficit em 2009, principalmente nos subsistemas Norte e Nordeste, devendo-se, portanto, monitorar estreitamente o incremento do mercado e a realização da expansão da oferta, além de se aprofundar a análise da necessidade de complementação da oferta para suprir essas regiões.

Visando atender essa carência de oferta no início de 2007, o Governo Federal lançou o Programa de Aceleração do Crescimento, que prevê investimentos de R\$ 275 bilhões na área de energia até 2010, conforme a tabela 5.

TABELA 5 - PREVISÃO DE INVESTIMENTOS CONSOLIDADOS EM INFRA-ESTRUTURA ENERGÉTICA - BRASIL

PROGRAMA	INVESTIMENTO (R\$ bilhões)			
	2007	2008-2010	TOTAL	Após 2010
Geração de energia elétrica	11,5	54,4	65,9	20,7
Transmissão de energia elétrica	4,3	8,2	12,5	3,4
Petróleo e gás natural	35,9	143,1	179,0	138,1
Combustíveis renováveis	3,3	14,1	17,4	27,0
TOTAL	55,0	219,8	274,8	189,2

FONTE: Empresa de Pesquisa Energética - EPE

Para o Paraná, o cenário no período em análise encontra-se dentro do contexto descrito para o cenário nacional. Neste, o aumento do nível de atividade econômica esperado para o País reflete-se também no Estado, acelerando a taxa de crescimento em relação aos últimos anos. Para essa trajetória, espera-se uma recuperação cíclica do agronegócio, em função do maior volume de investimentos para aumento da produtividade, principalmente em atividades que agreguem valor ao produto. Paralelamente, ocorre uma tendência de continuidade da desconcentração industrial com conseqüente crescimento no setor de serviços, em função da necessidade de investimentos nesse setor nas regiões que passam a experimentar maior desenvolvimento dentro do Estado.

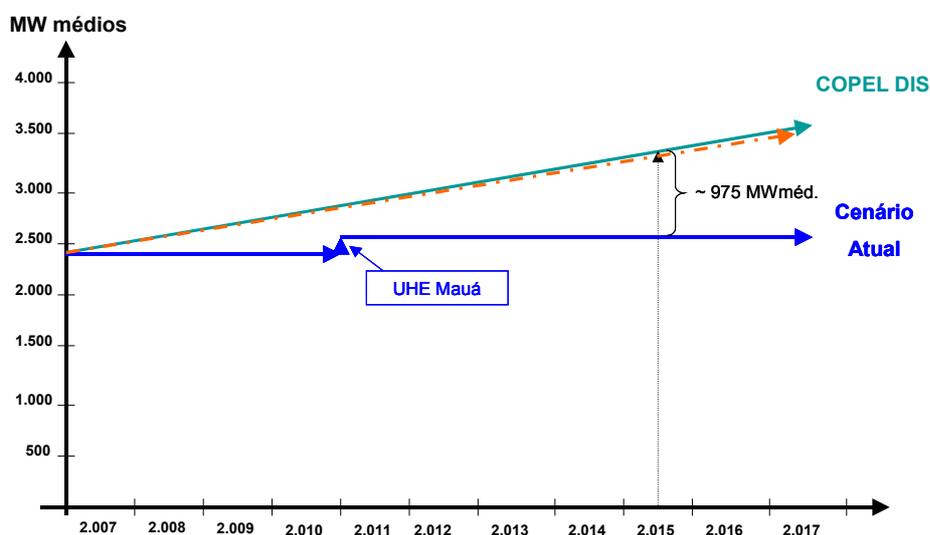
No setor industrial, dentre os ramos que experimentarão maior desenvolvimento,

destacam-se a expansão e a modernização dos complexos madeireiro e papelero, aproveitando a razoável capacidade empresarial disponível e as vantagens naturais desfrutadas pelo Estado em termos de disponibilidade de matéria-prima.

Nas circunstâncias atuais, em que a economia desfruta de estabilidade e o Estado dispõe de infra-estrutura adequada, o Paraná pode ter suas vantagens competitivas multiplicadas, se der continuidade aos investimentos em infra-estrutura, visando às expansões quantitativa e qualitativa de sua capacidade produtiva.

O gráfico 2 apresenta valores estimados, considerando a necessidade de expansão da oferta no Estado do Paraná, apontando para os desafios de expansão da geração, seja no Estado ou não (devido aos aspectos regulatórios) para atender à evolução da demanda do mercado consumidor da Companhia Paranaense de Energia (COPEL).

GRÁFICO 2 - EXPANSÃO ESTIMADA DA OFERTA DE ENERGIA - PARANÁ - 2007-2017



FONTE: COPEL/Superintendência de Mercado e Regulação - SMR

Para atender a esse mercado consumidor, a COPEL Geração conta com 18 usinas (17 hidrelétricas e uma termelétrica), 99% de geração hidráulica, 4.550 MW de capacidade instalada e 1.961 MW médios de energia assegurada. A COPEL Participação possui seis usinas (quatro hidrelétricas, uma termelétrica e uma eólica), 600 MW de capacidade instalada (proporcional à participação no capital) e 462 MW médios de energia assegurada.

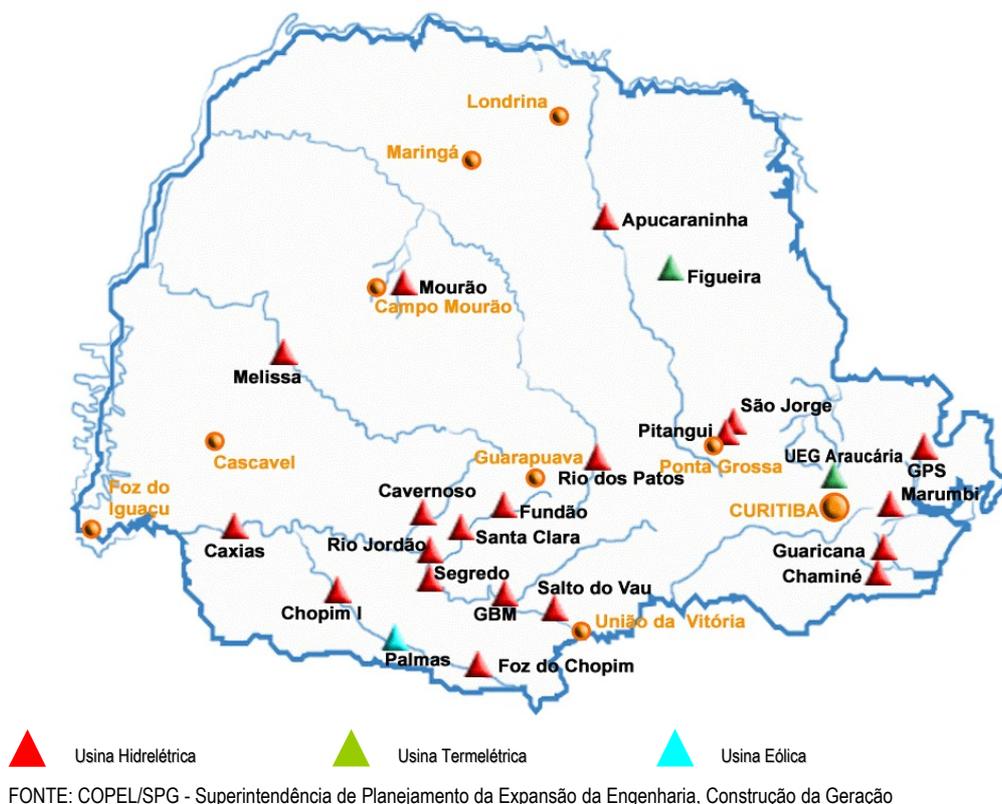
Essa capacidade instalada da COPEL representa 6% do total brasileiro, e pode ser visualizada no mapa 1.

O gráfico 3 ilustra a expansão da capacidade instalada de energia da COPEL até o primeiro trimestre de 2007, evidenciando o aumento histórico da hidrelétrica e a evolução recente na área termelétrica.

Para os próximos anos, estão previstos investimentos no Paraná da ordem de 1.721,24 megawatts dentro do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo Federal.

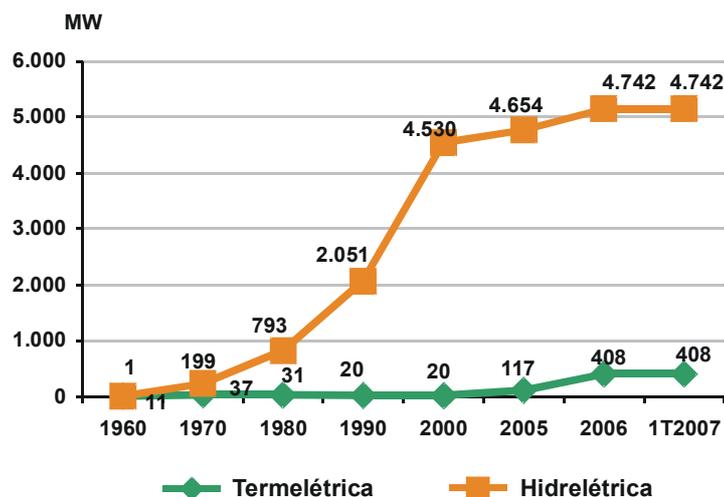
Alguns dos empreendimentos citados na tabela 6 constam do PAC no Paraná.

MAPA 1 - USINAS DA COPEL - PARANÁ - 2007



FONTE: COPEL/SPG - Superintendência de Planejamento da Expansão da Engenharia, Construção da Geração

GRÁFICO 3 - EVOLUÇÃO DA CAPACIDADE INSTALADA DA COPEL - PARANÁ - 1960/2007



FONTE: COPEL/SPG - Superintendência de Planejamento da Expansão da Engenharia, Construção da Geração

TABELA 6 - INVESTIMENTOS PROGRAMADOS NO PARANÁ PELO PAC FEDERAL

EMPREENHIMENTO	RIO/FONTE	POTÊNCIA INSTALADA (MW)	ENERGIA ASSEG. TOTAL (MW méd)	PARTICIP. COPEL (%)	ENERGIA COPEL (MW méd.)	INVESTIMENTO TOTAL (R\$ milhões)	INVESTIMENTO COPEL (R\$ milhões)
Baixo Iguaçu	Iguaçu	350,00	167,89	51,00	85,62	1.225,00	624,75
Telêmaco Borba	Tibagi	120,00	74,33	51,00	37,91	413,00	210,63
Cebolão	Tibagi	156,00	85,80	51,00	43,76	450,00	229,50
Jataizinho	Tibagi	156,00	85,80	51,00	43,76	455,00	232,05
Volta Grande Baixa	Chopin	54,70	30,59	51,00	15,60	200,00	102,00
Paranhos	Chopin	62,60	34,77	51,00	17,73	240,00	122,40
Salto Grande	Chopin	53,30	29,10	51,00	14,84	261,00	133,11
São Jerônimo	Tibagi	330,00	193,10	51,00	98,48	875,00	446,25
Total UHEs		1.282,60	701,38	-	357,70	4.119,00	2.100,69
PCH Cavernoso II	Cavernoso	19,00	10,45	100,00	10,45	70,00	70,00
Outras PCHs no PR		275,64	151,60	51,00	77,32	1.000,00	510,00
Total PCH's		294,64	162,05	-	87,77	1.070,00	580,00
UTE Figueira II	Carvão	144,00	112,00	100,00	112,00	500,00	500,00
Total Paraná		1.721,24	975,43	--	557,47	5.689,00	3.180,69

FONTE: Empresa de Pesquisa Energética - EPE

2.5 TELECOMUNICAÇÕES

Inicialmente projetado para atender às atividades corporativas que dependem de soluções de telecomunicações adequadas da COPEL, foi instalado no Paraná um sistema próprio de telecomunicações, possuindo cerca de 4.500 km de *backbone* ótico e abrangendo 172 cidades no Estado e outros 4.500 km de acessos em fibra ótica, conforme pode ser visualizado no mapa 2.

MAPA 2 - ANEL ÓPTICO INSTALADO PELA COPEL - PARANÁ - 2007



FONTE: COPEL

Além do atendimento à COPEL, esse sistema permite também incrementar a concorrência em telecomunicações para atendimento ao setor empresarial do Estado, reduzindo custos e melhorando a qualidade do serviço prestado, contribuindo para o desenvolvimento e a competi-

vidade das empresas paranaenses, além de interligar todas as escolas estaduais do Paraná por meio do Paraná Digital, o maior programa de inclusão digital do Brasil.

Para os próximos cinco anos, estão previstos investimentos na expansão da rede de acesso da ordem de R\$ 28 milhões/ano, representando uma ampliação de mais 3,3 mil km de rede de acesso ótico, o aumento de capacidade e a atualização tecnológica do sistema de teste com a tecnologia PLC, que consiste na utilização da rede elétrica existente para transmissão de dados, considerada uma alternativa promissora para o problema da última milha (ligação do sistema de transmissão em fibra ótica até o cliente final).

2.6 TRANSPORTES

Um eficiente sistema de transportes é estratégico e fundamental para a integração competitiva da economia paranaense, tanto no mercado interno quanto para sua participação no mercado internacional, sendo as rotas paranaenses fundamentais para a circulação, entrada e saída de mercadorias.

O Paraná possui uma posição geoeconômica privilegiada, localizando-se no eixo dos fluxos de riquezas do Sul e Sudeste do Brasil e, ainda, no centro-sul da América do Sul. Situa-se na área de maior potencial econômico do MERCOSUL, eixo São Paulo – Buenos Aires. O aproveitamento dessa vantagem competitiva para a melhoria do perfil econômico do Estado passa por um processo de desenvolvimento sustentado, que implica a melhoria das condições de infra-estrutura de transportes, em seus diversos modais, preservando o meio ambiente e melhorando as condições de vida da população paranaense. Inserido nesse cenário, a revitalização do sistema de transportes estadual potencializa o Paraná como importante centro logístico e multimodal.

O Estado possui uma considerável infra-estrutura rodoviária, que necessita de investimentos constantes para sua conservação, recuperação, melhoria e ampliação de capacidade para dar atendimento às crescentes demandas. O modal rodoviário é responsável por cerca de 80% da matriz de transporte do Paraná.

A malha ferroviária possui restrições que limitam a capacidade e elevam o custo do frete. A distância reduzida entre os trilhos e as condições geométricas das linhas fazem com que a velocidade dos comboios seja lenta, elevando o tempo de transporte, comparativamente com o transporte rodoviário.

O setor aeroviário do Estado possui uma estrutura de aeroportos bem distribuída em seu território, sendo a maior dificuldade para o setor o baixo valor agregado dos produtos paranaenses, que não estimula o transporte de mercadorias por esse modal. A ocupação urbana no entorno dos aeroportos está dificultando o planejamento do desenvolvimento dos sítios aeroportuários para fins de ampliação das pistas de pouso e decolagem.

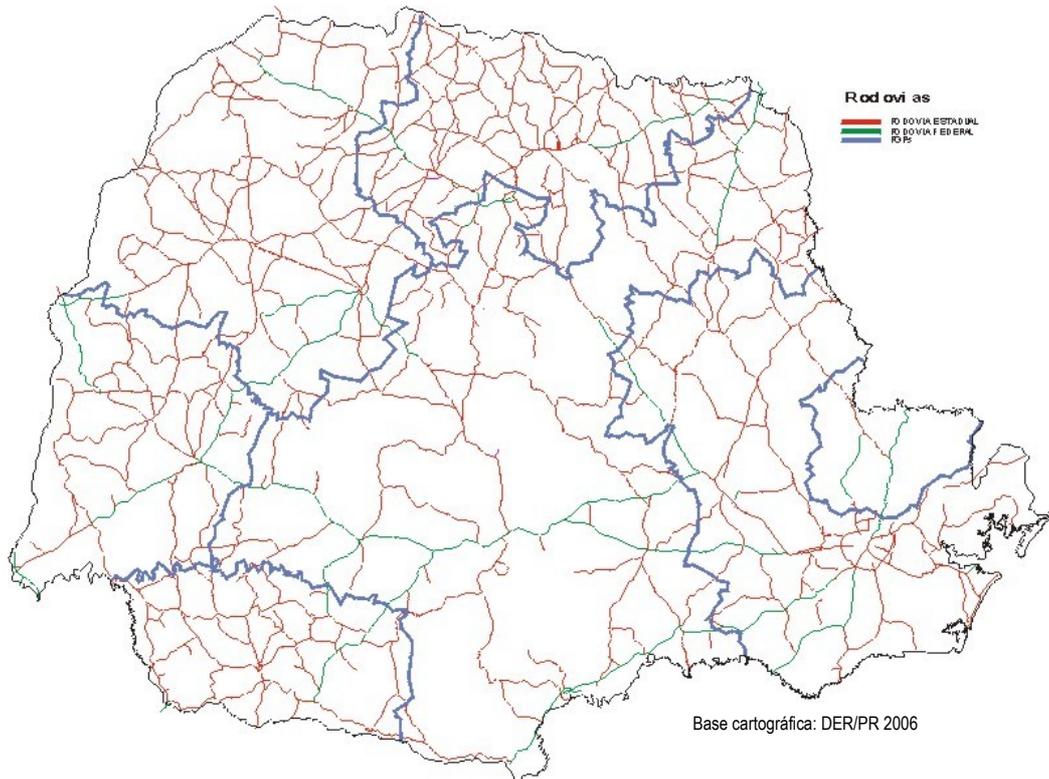
Com relação ao modal hidroviário, o Estado possui limitações geográficas para a exploração de navegação em rios.

Hoje se faz necessário melhorar a eficiência, reduzir o custo de transportes e buscar a integração entre os diversos modais, possibilitando a Formação de Centros Logísticos Multimodais, para conduzir o sistema de transportes paranaense a caminho da modernização e do aprimoramento qualitativo do setor. A seguir, encontra-se mais detalhada a situação de cada modal.

2.6.1 Modal Rodoviário

A rede rodoviária do Paraná é constituída por 15.710 km de rodovias, sendo 13.671 km pavimentados e 2.039 km não pavimentados. Subdivide-se em rede rodoviária federal e estadual, e na rede concedida. As rodovias pavimentadas sob a responsabilidade do Governo do Estado, por meio do Departamento de Estradas de Rodagem (DER), totalizam 9.959 km e representam cerca de 73% de toda a malha pavimentada do Estado (mapa 3).

MAPA 3 - RODOVIAS FEDERAIS E ESTADUAIS - PARANÁ - 2006

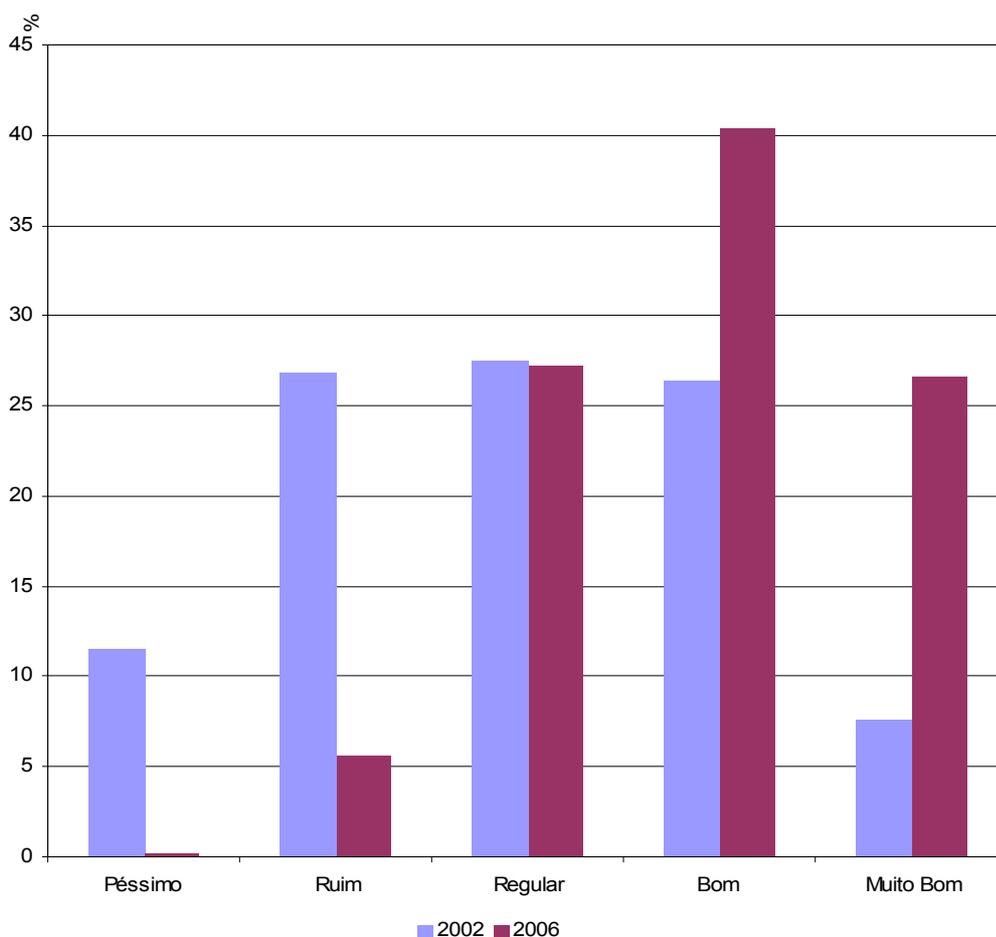


FONTE: DER-PR

A rede rodoviária pavimentada concedida é de 2.493 km de rodovias, sendo que as concessões têm prazo contratual de 24 anos, a partir de novembro de 1997, sendo operadas por seis consórcios de empresas. É importante destacar que as rodovias pedagiadas são as que têm o maior fluxo de veículos, por onde passa a maior parte da produção, em especial as cargas do setor agrícola.

No período 2003 a 2006 houve um esforço grande do Estado no sentido da recuperação das malhas que não foram concedidas à exploração da iniciativa privada. Como se pode visualizar no gráfico 4, em 2002 a situação era preocupante, com 38,35% das estradas em condição péssima e ruim, encarecendo o custo de transporte e aumentando a possibilidade de acidentes.

GRÁFICO 4 - COMPARATIVO DA CONDIÇÃO DA MALHA - 2002-2006



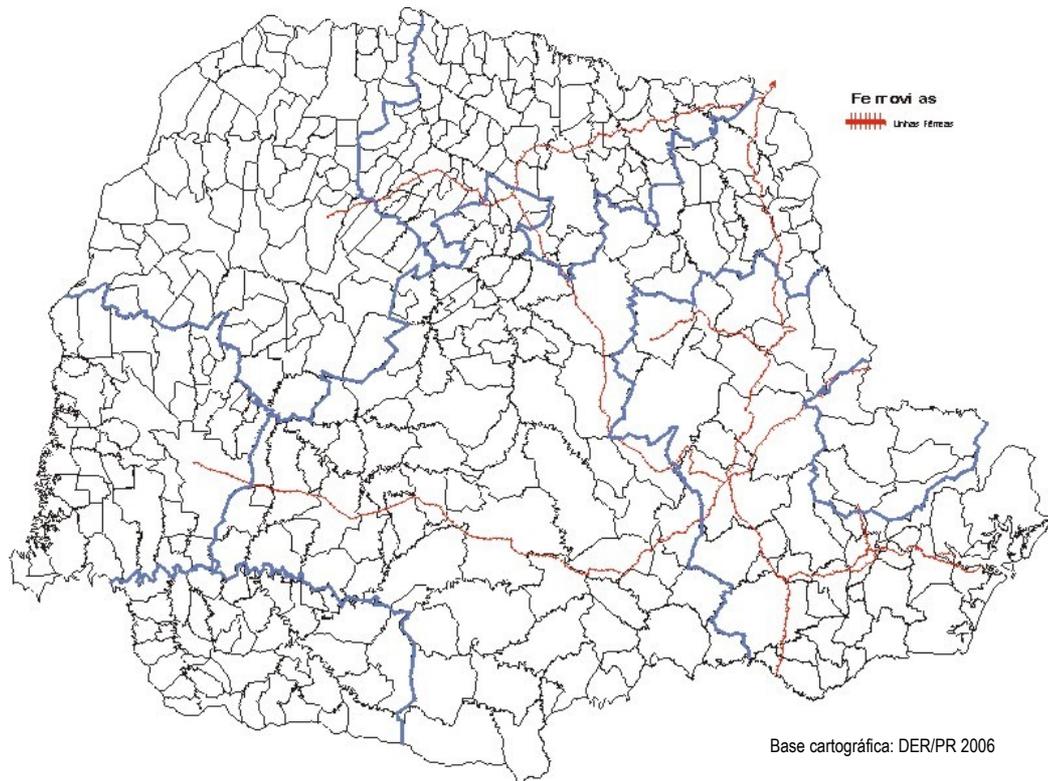
FONTE: DER-PR

Em dezembro de 2006 a condição da malha era: 27,24% muito boa, 39,8% boa, 27,34% regular, 5,51% ruim e 0,11% péssima. O principal problema que enfrenta atualmente o setor rodoviário no Estado, afetando diretamente a competitividade da produção paranaense, é o custo elevado das tarifas de pedágio.

2.6.2 Modal Ferroviário

As estradas de ferro no Paraná totalizam 2.464 km de extensão, dos quais 2.216 km são ferrovias federais, e 248 km estaduais (mapa 4).

MAPA 4 - FERROVIAS - PARANÁ - 2006



FONTE: DER-PR

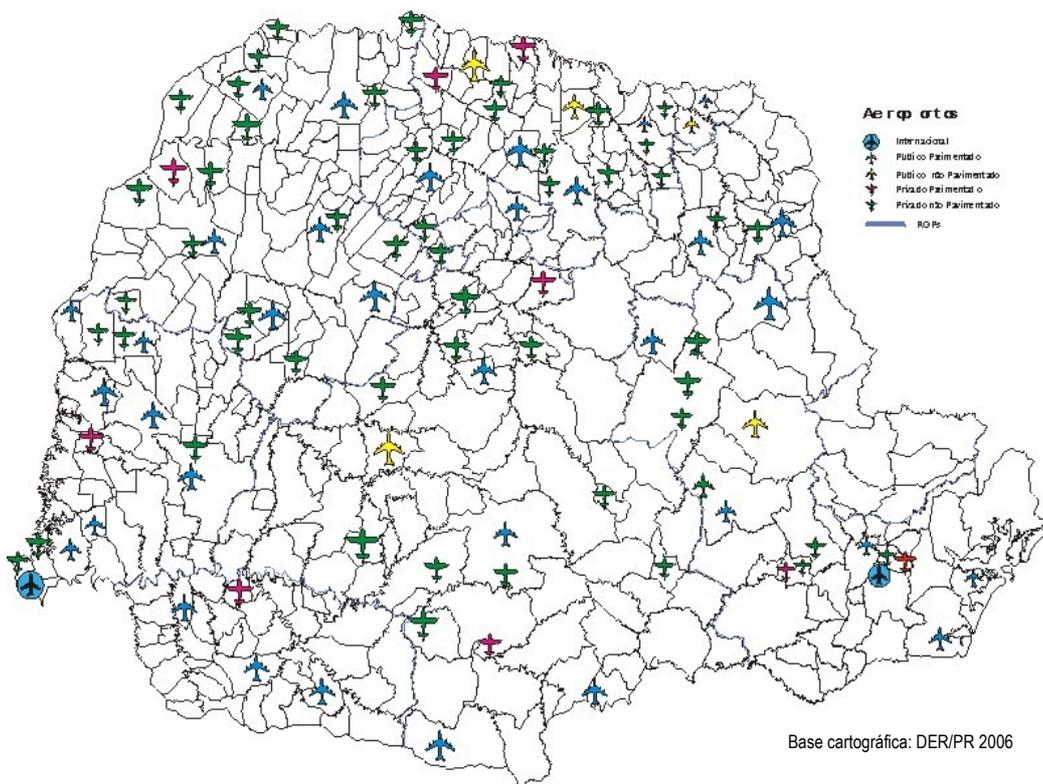
A FERROESTE S/A tem a concessão do Governo Federal para implantação e exploração da ligação Guarapuava–Cascavel com ramais até Guaíra e Foz do Iguaçu, estendendo-se até Dourados, no Mato Grosso do Sul. O trecho construído pelo Estado do Paraná, por meio da Estrada de Ferro Paraná Oeste S/A (FERROESTE), com 248 km, ligando Guarapuava a Cascavel, foi subconcessionado à empresa Ferrovia do Paraná S/A (FERROPAR). Atualmente, por descumprimentos contratuais diversos, o Governo do Estado, através da FERROESTE, buscou judicialmente a retomada da operação da ferrovia, a qual já está operando novamente.

Entre outros problemas de logística no setor ferroviário, o Paraná sofre com o gargalo Guarapuava–Ponta Grossa, além de existirem alguns trechos onde a capacidade operacional de tráfego já está esgotada, como é o caso da linha Curitiba–Paranaguá.

2.6.3 Modal Aeroportuário

O Estado possui 40 aeroportos públicos homologados pela autoridade aeronáutica, dos quais 36 têm pistas com pavimento asfáltico. As principais regiões contam com aeroportos dotados de pistas de pouso e decolagem pavimentadas, possibilitando a operação com aeronaves de grande e médio porte. Há, também, 18 aeroportos que operam no período noturno, oito aeroportos que operam por instrumentos e cinco aeroportos operando com linha aérea regular (mapa 5).

MAPA 5 - AEROPORTOS PÚBLICOS E PRIVADOS - PARANÁ - 2006



FONTE: DER-PR

Em 2006, os aeroportos do Estado tiveram 5.359.347 passageiros embarcados e desembarcados, com 161.539 operações de pouso e decolagens (Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC).

Os aeroportos públicos são administrados, operados, mantidos e explorados pelos respectivos municípios, com exceção dos Aeroportos Internacional de Afonso Pena, Bacacheri, Londrina e Internacional de Foz do Iguaçu, administrados pela Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (INFRAERO). O Aeroporto de Maringá foi habilitado, em abril de 2007, ao tráfego internacional de aeronaves de cargas.

O Aeroporto Internacional Afonso Pena é o maior do Estado, localizado na RMC, distante 80 km do Porto de Paranaguá e operando vôos internacionais com conexões para toda

a América. Para sua expansão, a INFRAERO está planejando a ampliação da pista principal em mais 375 metros, passando de 2.215 m para 2.590 m de comprimento. Há, também, no planejamento da INFRAERO, a construção da terceira pista, com 3.200 m de comprimento, destinada à operação de grandes aeronaves cargueiras, sem data prevista para o início das obras.

Além do Afonso Pena, o Aeroporto de Foz do Iguaçu, com 2.200 m de comprimento, opera como aeroporto internacional.

2.6.4 Modal Hidroviário

Apesar de a bacia hidrográfica do Estado ser bastante ampla, a maioria dos rios não é naturalmente navegável, sendo necessárias obras de vulto para viabilizar o transporte fluvial. Essa limitação, aliada ao grande potencial energético existente, influenciou decisivamente na opção pelo investimento em hidrelétricas, inviabilizando a exploração dos rios como via de transporte, pois a construção de eclusas exigiria um grande volume de recursos.

Os principais rios do Paraná – Paranapanema, Tibagi, Ivaí, Piquiri e Iguaçu – correm para o interior do Estado e formam um grande complexo hidrográfico com enorme potencial energético. A hidrovia Tietê-Paraná, que liga Foz do Iguaçu a São Paulo, consiste na única alternativa hidroviária paranaense de grande porte explorada em termos de transporte fluvial.

2.6.5 Modal Portuário

Os portos de Paranaguá e Antonina são os grandes responsáveis pela circulação de mercadorias neste modal, com grande impacto nas economias estadual e regional, por meio da importação de bens de capital para suprir nossas indústrias de insumos agrícolas, em especial fertilizantes. Na exportação, o volume de produtos industrializados, principalmente veículos, é expressivo, mas a exportação de origem agrícola continua tendo maior participação na receita cambial. O Porto de Paranaguá responde por boa parte da exportação brasileira de grãos.

Muito embora os portos paranaenses apresentem bons índices de participação na exportação brasileira, eles não têm recebido investimentos do Governo Federal nas últimas décadas, diferentemente da maioria dos portos nacionais, cabendo, dessa forma, à Autarquia do Estado suprir os projetos e obras necessários para atendimento à demanda.

Além da modernização e dos avanços obtidos nos últimos quatro anos pela gestão estadual, existe a necessidade de investimentos constantes em melhorias na infra-estrutura e na operação portuária, de forma a acompanhar a evolução mundial de embarcações e produtos a serem movimentados. Essas melhorias são representadas pela ampliação do cais do Porto de Paranaguá e pela implementação de um programa eficiente de dragagem e de um sistema de logística ágil e moderno de movimentação de cargas.

2.7 TURISMO

O turismo é um dos segmentos da economia que mais crescem no mundo, isso porque se assiste à formação de um modelo econômico que privilegia o lazer, a qualidade de vida e a preservação do meio ambiente. E é exatamente dentro desses novos parâmetros que o turismo assume considerável importância para a sociedade contemporânea.

Destaca-se como uma atividade econômica que envolve uma cadeia produtiva formada por mais de 52 setores econômicos e que gera um em cada nove empregos no mundo, sendo uma importante forma de inclusão social. Trata-se de uma combinação complexa de inter-relacionamentos entre produção e serviços, em cuja composição integra-se a prática social com base histórico-cultural e natural, que, somados, formam o produto turístico a ser consumido pelos turistas.

Assim, o turismo, enquanto integrante do setor terciário, oferecendo serviços ao consumidor, tais como hospedagem, transporte, alimentação, agenciamento e lazer, ocupa um papel importante, tornando-se uma das principais atividades econômicas do mundo, apresentando índices expressivos que chegam a 7,5% do Produto Interno Bruto (PIB) mundial.

Foi com a criação do Ministério do Turismo e da Secretaria do Turismo no Paraná, em 2003, que se estabeleceu uma Política Estadual de Turismo – em consonância com o Plano Nacional de Turismo, passando-se a trabalhar com um norte calcado no tripé Fomentar, Desenvolver e Promover, atendendo ao programa de governo Desenvolvimento Sustentável do Turismo no Estado do Paraná.

Por meio de ações de fomento e divulgação, estão sendo desenvolvidas três grandes áreas estratégicas: Gestão e Fomento ao Turismo Estadual; Desenvolvimento de Destinos Turísticos; e Promoção e Apoio à Comercialização do Destino Paraná, responsáveis em 2006 por um fluxo estimado de 7,3 milhões visitantes, nacionais e estrangeiros, gerando uma renda de US\$ 1,5 bilhão.

Por outro lado, a oferta turística no Paraná é bastante diversificada, contando com atrativos, equipamentos, serviços e infra-estrutura de apoio de significativa importância no cenário nacional e internacional. Diversos tipos de turismo podem ser desenvolvidos no Estado, desde o ecoturismo até o turismo cultural, passando pelo de eventos, de negócios, pelo turismo rural, de aventura, entre outros.

Em 2007, tal oferta gerou um fluxo de 7.319.475 visitantes, sendo 41% oriundos do próprio Estado, 46% de outros estados brasileiros e 13% do exterior, que permaneceram de três a quatro dias no Estado, efetuando um gasto médio de US\$ 62, o que resultou numa receita de US\$ 1,5 bilhão, como mencionado anteriormente. De forma geral, os equipamentos mais impactados com esse fluxo acham-se disponibilizados em quantidade razoável no Estado. Em julho de 2007, estavam cadastrados no Ministério do Turismo 1.081 Agências de Turismo, 110 Organizadoras de Eventos, 971 Meios de Hospedagem, 817 Transportadoras Turísticas e quatro Parques Temáticos, além de 1.614 Guias de Turismo no Paraná.

Entretanto, apesar de a Deliberação Normativa n.º 432/02 do Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR) considerar que existem no Estado 128 municípios prioritários para o

desenvolvimento da atividade turística e da oferta diversificada de turismo, há uma significativa concentração em Foz do Iguaçu e Curitiba.

Para reduzir a dependência do turismo paranaense nessas duas regiões, foi elaborado o Plano de Desenvolvimento Regional em nove regiões turísticas (Litoral Paranaense, Curitiba e Região Metropolitana, Oeste e Municípios Lindeiros, Campos Gerais, Norte, Noroeste, Cento, Centro-Sul e Sudoeste), com entidades da iniciativa privada e do poder público.

Com o Programa, desloca-se o foco original do Estado, ou seja, ameniza-se a bipolarização existente no eixo Curitiba–Foz do Iguaçu, que hoje representa em torno de 48% do fluxo total do Estado, diferentemente de na década de 1990, quando este índice era de 70%.

2.8 EDUCAÇÃO E ENSINO SUPERIOR

O Estado do Paraná destaca-se no cenário educacional do Brasil pelos avanços significativos na mudança de rumos da política implementada nas escolas públicas da rede estadual de educação básica, profissional, e de jovens e adultos.

A partir da efetivação de ações que garantem o direito de todos à educação e à escola pública de qualidade, gratuita e com uma clara política de valorização do professor, o Paraná vem construindo seu projeto de formação educacional para cerca de um milhão e trezentos mil alunos nas mais de duas mil escolas. As contínuas e aceleradas mudanças na sociedade reafirmam a importância central da educação e da produção do conhecimento para o processo de desenvolvimento social e econômico.

Na década de 1990, verificou-se a expansão da oferta educacional, sem resultados qualitativos correspondentes, em virtude de fatores internos e externos ao sistema educativo. A taxa de atendimento escolar na faixa etária de 7 a 14 anos cresceu de 91,9% em 1996 para 97,7% em 2003, enquanto a taxa de atendimento da faixa etária de 15 a 17 anos passou de 63,3% em 1996 para 80,5% em 2003 (IBGE).

Esses indicadores revelam um aumento do número de crianças e jovens na escola. Entretanto, os indicadores de desempenho dos estudantes e os exames de proficiência, que demonstram a aprendizagem dos alunos, constataam níveis de desempenho ainda preocupantes. O perfil educacional da população de modo geral mostra-se insatisfatório, também, quando se observa a taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais.

No Paraná, a Secretaria de Estado da Educação (SEED) atua em vários níveis da educação básica, com destaque para: Ensino Fundamental (da 1.^a à 8.^a séries, principalmente da 5.^a à 8.^a, com 1.846 escolas); Ensino Médio; Educação de Jovens e Adultos; Educação Especial; e Educação Profissional. Em relação às modalidades e ao atendimento à diversidade, são extremamente importantes as seguintes ações: educação do campo; educação escolar indígena; quilombolas; escolas das ilhas; escola itinerante; e história e cultura afro-brasileira e africana.

A SEED conta com uma estrutura de 2.106 escolas (julho/2007); o número de matrículas é de 1.250.160 alunos (maio/2007); e o de professores, 57.902 (junho/2007).

No Ensino Superior, o Paraná é a unidade da Federação que percentualmente mais investe em ensino público gratuito, mantendo seis universidades e sete faculdades estaduais, que totalizam 642 cursos (258 de graduação, 299 de especialização, 68 de mestrado e 17 de doutorado), 72.851 estudantes de graduação e 12.896 estudantes de cursos de pós-graduação, totalizando cerca de 85.400 alunos, sendo que 63% destes são oriundos de escolas públicas (mapa 6). Possui 6.746 docentes e 8.698 agentes universitários, além de manter três hospitais universitários, os quais possuem 647 leitos, atendem 300 mil pessoas anualmente e realizam mais de 1 milhão de exames no mesmo período.

Na avaliação realizada pelo Ministério da Educação (MEC), em 2006, dos 45 cursos avaliados como bons e ótimos no Paraná, 26 deles, ou seja, mais da metade, pertencem às universidades e faculdades estaduais. Dos 5.701 cursos avaliados, somente 45, no País inteiro, obtiveram conceito 5 (máximo), cinco destes ofertados pelas Instituto de Ensino Superior (IEES).

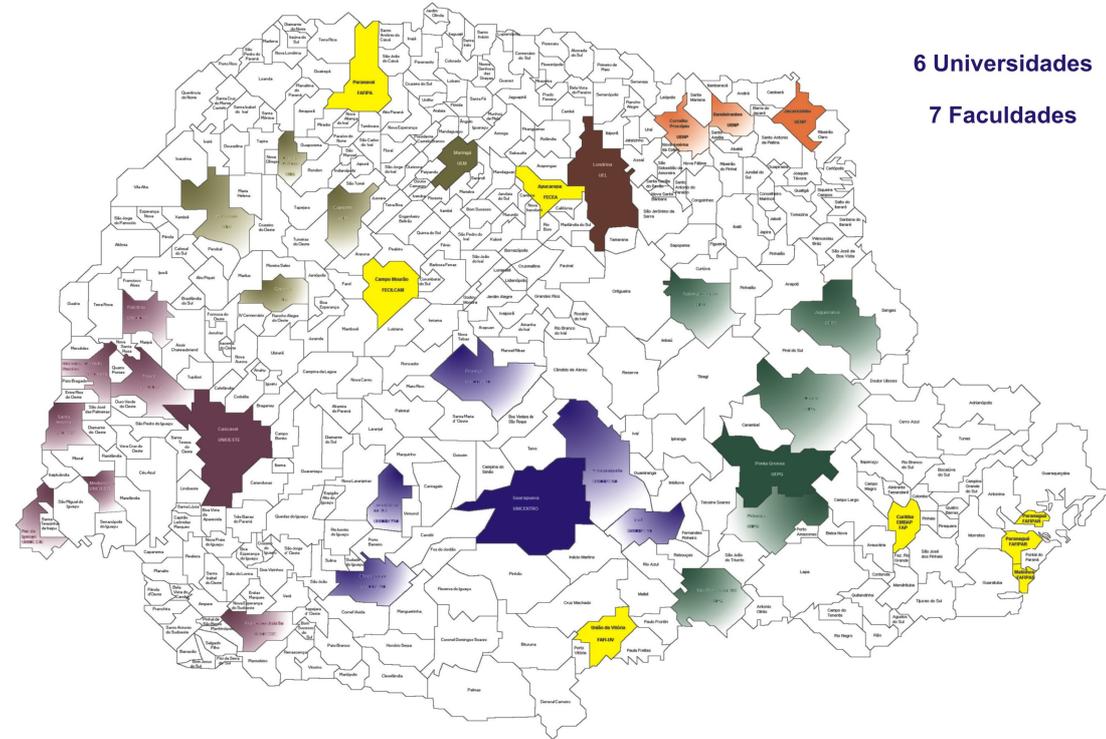
Pode-se perceber, também, que há um significativo número de grupos de pesquisas cadastrados no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). São mais de mil grupos das IEES, sendo 353 grupos na Universidade Estadual de Londrina (UEL), 289 grupos na Universidade Estadual de Maringá (UEM), 138 grupos na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), 117 grupos na Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), 83 grupos na Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO), 16 grupos na Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP) e os 7 grupos nas Faculdades Estaduais.

Além de toda a estrutura de Ensino Superior público estadual, há duas universidades federais, a Universidade Federal do Paraná (UFPR) e a Universidade Federal Tecnológica do Paraná (UTFPR).

A UTFPR oferece 51 cursos superiores de tecnologia em *campi* situados em todas as regiões do Estado: Curitiba, Ponta Grossa, Cornélio Procopio, Londrina, Apucarana, Campo Mourão, Toledo, Medianeira, Francisco Beltrão, Dois Vizinhos e Pato Branco.

A UFPR é a mais antiga universidade do Brasil, possuindo *campi* na cidade de Curitiba e o Hospital de Clínicas, *campus* em Palotina, e mais recentemente ampliou sua presença física inaugurando em 2005 a Universidade do Litoral em Matinhos. Nestes *campi*, oferece 66 cursos de Ensino Superior; 39 de Residência Médica; 79 de Especialização; 44 de Mestrado; 25 de Doutorado; 11 cursos técnicos profissionalizantes regulares; três cursos de nível médio regulares; além de dez cursos técnicos especiais (via convênio) e cinco cursos técnicos a distância pela Escola Técnica da UFPR.

MAPA 6 - INSTITUIÇÕES ESTADUAIS DE ENSINO SUPERIOR - PARANÁ - 2007



6 Universidades

7 Faculdades

85.400 Alunos
258 Cursos de Graduação 66 Cursos de Mestrado
17 Cursos de Doutorado 315 Cursos de Especialização

6.746 Docentes
71% de Mestres e Doutores

8.458 Técnicos
Administrativos

3 HU's c/ 630 leitos
(76 leitos de UTI)

UEL 41 Cursos de Graduação	UEM 42 Cursos de Graduação	UNIOESTE 34 Cursos de Graduação	UNICENTRO 32 Cursos de Graduação	UEPG 30 Cursos de Graduação	UENP 22 Cursos de Graduação
Londrina - Sede Administração Odontologia Agronomia Psicologia Química Secret. Executivo Biblioteconomia Biomedicina Ciências Biológicas Ciência Computação Ciência do Esporte Ciências Contábeis Ciências Econômicas Ciências Sociais Comunicação Social Design Gráfico Design de Moda Direito Educação Artística Educação Física Enfermagem Engenharia Civil Engenharia Elétrica Farmácia Filosofia Física Fisioterapia Geografia História Engenharia Elétrica Farmácia Filosofia Física Fisioterapia Geografia História Letras Matemática Medicina	Maringá - Sede Psicologia Química Secret. Exec. Trilingue Zootecnia Ciências Biológicas Ciências Contábeis Design Moda Pedagogia Cidade Gaúcha Engenharia Agrícola Goioerê Engenharia Têxtil Engenharia Civil Eng. de Alimentos Eng. de Produção Engenharia Mecânica Engenharia Química Estatística Farmácia Filosofia Física Geografia História Informática Letras Matemática Medicina Música Odontologia Pedagogia	Cascavel - Sede Ciências Contábeis Ciências Biológicas Ciências Econômicas Direito Enfermagem Engenharia Agrícola Engenharia Civil Farmácia Fisioterapia Informática Matemática Letras Medicina Odontologia Pedagogia Mai Cándido Rondon Administração Agronomia Ciências Contábeis Direito Educação Física Geografia História Letras Matemática Química Santa Helena Administração Ciências Biológicas Engenharia Física Pedagogia Palotina Administração	Guarapuava - Sede Educação Física Eng. Ambiental Eng. Florestal Fonoaudiologia Geografia História Letras Matemática Pedagogia Psicologia Comunicação Social Turismo Chopinópolis Ciências Contábeis Eng. de Alimentos Engenharia Filosofia Física Fisioterapia Geografia História Letras Matemática Administração Ciências Contábeis História Pedagogia Prudentópolis Ciências Econômicas Ciências Contábeis Letras Pedagogia Irati Administração Ciências Contábeis	Ponta Grossa - Sede Administração Agronomia Artes Ciências Biológicas Ciências Contábeis Comunicação Social Direito Educação Física Enfermagem Engenharia Civil Eng. de Alimentos Eng. de Computação Eng. de Materiais Farmácia Física Geografia História Letras Matemática Normal Superior Odontologia Pedagogia Serviço Social Turismo Zootecnia Jaguariaíva Administração Educação Física	S. Mateus do Sul Letras Palmeira Ciências Contábeis Pedagogia Castro Ciências Contábeis Zootecnia Telêmaco Borba Ciências Econômicas Educação Física Jacarezinho - FAFIJA Biologia História Ciências Contábeis Letras Matemática Pedagogia Jacarezinho - FAEFIA Educação Física Ciências Econômicas Fisioterapia Jacarezinho - FUNDINOPI Direito Cornélio Proc. - FAFI-CP Administração Ciências Ciências Contábeis Ciências Econômicas Ciências Biológicas Geografia Letras Matemática Pedagogia Bandeirantes - FALM Ciências Biológicas Enfermagem Engenharia Agrônoma Informática Medicina Veterinária

FACULDADES ESTADUAIS

FAFIPA	FAFIPAR	FECILCAM	FECEA	FAFI-UV	FAP	EMRAP
Paranával Administração Ciências Contábeis Ciências Educação Física Enfermagem Geografia História Letras Matemática Pedagogia Serviço Social	Parangaba Administração Ciências Biológicas Ciências Contábeis História Letras Matemática Pedagogia Matinhos Pedagogia	Campo Mourão Administração Ciências Contábeis Ciências Econômicas Engenharia de Produção Agroindustrial Geografia História Matemática Pedagogia Tecnologia e Meio Ambiente	Apucarana Administração Ciências Contábeis Ciências Econômicas Secretariado Executivo Trilingue Serviço Social Turismo	União da Vitória Ciências Biológicas Geografia História Letras Matemática Química	Curitiba Artes Cênicas Artes Visuais Cinema e Vídeo Escultura Educação Artística Música Popular Musicoterapia Música Teatro	Curitiba Canto Composição e Regência Desenho Escultura Gravura Instrumento Música Pintura

- Vinculadas:



www.seti.pr.gov.br

FONTE: SETI

2.9 CULTURA

Estado com grande diversidade cultural, o Paraná, em adição aos seus habitantes indígenas, tropeiros, escravos, soldados, religiosos, recebeu também imigrantes de diversas partes do mundo e migrantes de inúmeros outros estados do Brasil.

Ficou conhecido como Terra de Todas as Gentes, por ter se tornado território de mais de 30 etnias de diversas partes do globo que o adotaram como sua terra e aqui criaram raízes. Sua formação cultural forjada por povos de diversas origens incorporou na cultura paranaense uma particular herança cultural: um pouco de tudo. A preservação dos costumes se deu com tal intensidade que se fala que, atualmente, principalmente países como Polônia e Ucrânia vêm resgatar suas tradições e antigos costumes na nossa comunidade.

A promoção da difusão cultural em todos os níveis é praticada por meio de ações que apóiam e incentivam as manifestações culturais e artísticas em seus vários gêneros, seja por meio de patrocínio, seja por promoção de eventos artísticos ou, ainda, por meio de convênios ou parceria com os municípios. Essa missão se concretiza nas várias formas de fazer artístico e cultural com a participação das Regionais de Cultura, parceiras importantes no desenvolvimento dos projetos como o Paraná Fazendo Arte, Viva o Verão, Concursos Literários de Poesia e de Contos, Mostra Paranaense de Artes Visuais, Circulação de Espetáculos de Dança, de Teatro e de Música, ou na parceria com outras instituições sócio-político-culturais.

A exposição itinerante Paraná Caminhos da História e da Arte foi idealizada para oferecer ao público de diversos municípios paranaenses a oportunidade de conhecer e fruir do acervo dos museus estaduais. A apresentação de objetos, documentos e obras de arte leva a esse público a possibilidade de conhecer a produção histórica e artística paranaense, possibilitando o acesso à memória de sua história.

A questão da Preservação do Patrimônio Cultural do Paraná, tanto o arqueológico, o histórico, o artístico, como o natural, também é objeto permanente de ações da Secretaria de Estado da Cultura. Elas se manifestam tanto por ação consultiva ou de orientação como pela atuação na preservação e revitalização de importantes espaços. Entre estes estão o Cine Teatro Imperial da Lapa, devolvido à comunidade em evento memorável; a restauração do palácio que foi a sede do primeiro governo eleito na República, de 1890 até 1930, na Rua Barão do Rio Branco; ou a implantação da Fábrica de Eventos em Morretes, que emergirá da histórica e abandonada ex-fábrica de Papel São Marcos naquele município.

A Secretaria de Estado da Cultura desenvolve desde 2005 o Projeto Biblioteca Cidadã, destinado a atender prioritariamente aos municípios de menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) que ainda não possuem uma biblioteca pública ou particular de livre acesso à população. O desenvolvimento do projeto é uma parceria entre o município, que indica o terreno e posteriormente administra o bem e o serviço, e o Governo Estadual, que constrói e equipa a Biblioteca Cidadã, fazendo a doação da mesma ao município e à comunidade no ato da sua inauguração.

3 ECONOMIA PARANAENSE: CENÁRIO 2008-2011

Tem-se como objetivo, aqui, a descrição de um cenário provável para a economia paranaense no período 2008-2011, com base nos resultados dos agregados macroeconômicos no passado recente e na observação de movimentos estruturais importantes, tanto na esfera estadual quanto nos âmbitos nacional e internacional.

Primeiramente, é importante colocar que a economia mundial vem registrando consideráveis taxas de crescimento nos últimos anos, por conta principalmente do dinamismo das nações em desenvolvimento (tabela 7). No período 2000-2007, o PIB dos países emergentes deverá avançar a uma taxa média anual de 6,6%, com grande influência da China, Índia e Rússia, enquanto as economias desenvolvidas deverão crescer 2,3% ao ano, com os Estados Unidos, União Européia e Japão apresentando variações de 2,5%, 2,2% e 1,6%, respectivamente.

TABELA 7 - TAXAS DE CRESCIMENTO DA ECONOMIA MUNDIAL - 1980/2007

GRUPO	TAXA (%)		
	1980-1989	1990-1999	2000-2007
Mundo	3,4	3,2	4,3
Países desenvolvidos	3,2	2,6	2,3
Países em desenvolvimento	3,8	4,0	6,6

FONTE: FMI

NOTA: Taxa média geométrica de crescimento anual. Estimativa do FMI para o ano de 2007.

Refletindo a expansão mundial, o volume das exportações globais atingirá incremento médio anual de 6,1% no mesmo intervalo, conforme as projeções do Fundo Monetário Internacional (FMI), o que explica o prolongado movimento ascendente das cotações de diversos bens comercializáveis, principalmente das *commodities*. Desde 2003, o índice de preços relativo às *commodities* aumentou 95,2%, com pronunciada contribuição por parte dos produtos minerais e agrícolas.

Diante disso, não há dúvida quanto aos determinantes da trajetória de alta das exportações brasileiras, acentuada no último quinquênio. De acordo com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), as vendas externas nacionais poderão alcançar US\$ 155 bilhões em 2007, o que representará acréscimo de 12,8% em relação a 2006, quando as receitas totalizaram US\$ 137,4 bilhões. Somente a título de comparação, as exportações somaram US\$ 60,4 bilhões em 2002, cifra correspondente a apenas 39% do valor estimado para o presente exercício.

Conseqüentemente, foram instauradas condições mais confortáveis em termos de balanço de pagamentos, com a redução da suscetibilidade da economia brasileira aos choques externos. Em paralelo, assistiu-se a um movimento de declínio da inflação e a uma tendência de elevação dos salários reais, evidenciando os efeitos da apreciação cambial, resultante da intensificação dos fluxos de entrada de recursos externos.

Esse quadro abriu espaço para a flexibilização da política monetária, o que possibilitou a expansão do crédito, impulsionando tanto o consumo das famílias quanto o investimento das empresas. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a formação bruta de capital fixo cresceu a taxas superiores a 5% nos últimos cinco trimestres, na comparação com os mesmos períodos dos anos anteriores, o que deverá estabelecer melhores condições para o atendimento futuro da demanda, dado o aumento da capacidade instalada.

Por tudo isso, as projeções indicam que a economia brasileira registrará, nos próximos anos, taxas de crescimento mais elevadas que a média do período que compreende os anos 1990 e o início da atual década, alcançando variações acima de 4% de 2008 a 2011, de acordo com informações do Banco Central (BC).

Obviamente, o novo patamar do crescimento nacional influenciará positivamente a economia do Paraná, havendo, ainda, fatores condicionantes locais do desenvolvimento estadual, identificados a partir dos movimentos recentes e utilizados como premissas na construção do cenário prospectivo regional. Nesse sentido, destaca-se a continuidade da expansão e da modernização do agronegócio paranaense, além do crescimento de alguns segmentos industriais intensivos em tecnologia e da priorização dos investimentos em infra-estrutura pelo Governo Estadual.

No caso do agronegócio, há indicações de permanência do ciclo virtuoso das cadeias fortemente ligadas ao mercado internacional, como os complexos soja e carnes, em razão da ampliação do consumo mundial e dos ganhos de *market share*, derivados de vantagens comparativas e competitivas. Ademais, os resultados recentes do ramo sucroalcooleiro permitem projetar avanço significativo de uma atividade importante no que tange à geração de renda no meio rural, cabendo ressaltar, ainda, o alto potencial de agregação de valor nas etapas de processamento da matéria-prima, envolvendo, por exemplo, estruturas de pesquisa e desenvolvimento.

Já em relação aos segmentos intensivos em capital e tecnologia, sobressai a provável manutenção da tendência de crescimento das indústrias de máquinas e equipamentos, estreitamente vinculada à agropecuária, e de veículos automotores. Nesse último caso, o aumento da renda nacional, em conjunto com a ampliação do crédito, deve sustentar elevadas taxas de expansão das vendas e, conseqüentemente, da produção nos próximos anos, com expressivos efeitos multiplicadores sobre a economia do Estado.

Por fim, entre os determinantes do crescimento econômico projetado para o Paraná, é imprescindível citar as inversões em infra-estrutura realizadas no período recente, assim como os investimentos que serão executados nos próximos anos. Até 2010, estão previstas inversões de R\$ 18,2 bilhões pelo Governo Estadual, contemplando as áreas de infra-estrutura urbana, energia e logística de transporte, que absorverão 55,3% dos recursos do programa denominado Política de Desenvolvimento Econômico do Paraná (PDE).

Enfatizando outras áreas, o programa destinará 19% do total de recursos à ciência e tecnologia, educação, saúde e meio ambiente, com os 25,7% restantes cabendo à agricultura, indústria, justiça, segurança pública e modernização do Estado. É importante assinalar que o

Governo Federal reserva ainda outros R\$ 10 bilhões ao Paraná, por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Por conta desses fatores, a economia estadual deverá crescer a taxas próximas de 4% no quadriênio 2008-2011 (tabela 8), criando, além disso, condições propícias ao desenvolvimento sólido e sustentável.

TABELA 8 - PROJEÇÃO DE CRESCIMENTO DO PRODUTO INTERNO BRUTO - PARANÁ E BRASIL - 2008-2011

ANO	TAXA REAL (%)	
	Paraná	Brasil
2008	4,0	4,3
2009	4,0	4,1
2010	4,0	4,1
2011	4,0	4,0

FONTES: IPARDES, BANCO CENTRAL

NOTA: Nas projeções do PIB do Brasil, foram utilizadas as medianas das expectativas de mercado, levantadas pelo Banco Central.

4 FONTES DE FINANCIAMENTO DOS PROGRAMAS DE GOVERNO

Para realizar os programas de governo, os recursos financeiros devem ser adequados, tempestivos e compatíveis com as exigências do cronograma das ações a serem desenvolvidas.

Os recursos totais são divididos em recursos sob gestão do Estado e recursos decorrentes de parcerias.

Os recursos sob gestão do Estado podem transitar pelo orçamento ou não. Os recursos orçamentários se originam no orçamento geral do Estado e nos investimentos das empresas estatais com recursos do Tesouro. Também as empresas estatais³ e as instituições financeiras estaduais⁴ dispõem de recursos que não transitam pelo orçamento estadual para realizar programas e projetos.

Dentre esses mecanismos de financiamento, os recursos sob gestão do Estado (orçamentários e não-orçamentários) são as formas mais convencionais de origem de recursos. O aporte dos recursos orçamentários para novos programas e investimentos é tradicionalmente tratado como resíduo pela sistemática de gestão financeira do Estado. A arrecadação das receitas orçamentárias é destinada preferencialmente para o pagamento das chamadas despesas obrigatórias tais como pessoal, serviço da dívida, transferências a municípios, despesas vinculadas e custeio da administração. O saldo residual é destinado a investimentos e novos programas.

Para o período 2008-2011, os recursos orçamentários do Estado do Paraná estão estimados em cerca de R\$ 19 bilhões ao ano. Os investimentos das empresas estatais estão estimados em aproximadamente R\$ 1,5 bilhão ao ano. A Agência de Fomento dispõe de recursos para financiamento para empresas e municípios, bem como para fundos de aval rural e para microempresas.

Quanto aos financiamentos internos e externos, bem como às doações recebidas, incluídos no orçamento estadual, o Estado do Paraná disporá até 2011 de créditos no montante de US\$ 45,0 milhões, equivalentes a R\$ 90 milhões a preços de agosto/2007, para finalizar a execução dos programas em andamento. Para utilizá-los no mesmo período, o Estado deverá disponibilizar recursos de contrapartidas no valor de US\$ 17 milhões, equivalentes a R\$ 34 milhões (tabela 9).

³ As empresas estatais que compõem o orçamento de investimentos do Estado do Paraná são: COPEL, SANEPAR, Companhia de Habitação do Paraná (COHAPAR) e Companhia de Informática do Paraná (CELEPAR).

⁴ As instituições financeiras estaduais são: a Agência de Fomento do Paraná e o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE).

TABELA 9 - RECURSOS DE FINANCIAMENTOS E DOAÇÕES, PROGRAMAS EM EXECUÇÃO - PARANÁ - 2007-2010

AGENTE FINANCEIRO OU DOADOR	PRAZO FINAL	SALDOS (US\$ milhões)	
		Empréstimo ou Doação	Contra
BNDES	2010	28,0	15,1
JBIC	2008	9,2	
BIRD/GEF	2009	1,8	0,4
TOTAL		39,0	15,5

FONTE: Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral/CDG

Além dos programas em andamento, estão sob análise novos programas (tabela 10), que, para serem contratados, dependerão dos limites e condições estabelecidos no Programa de Ajuste Fiscal, firmado pelo Estado com a União, e na Lei de Responsabilidade Fiscal.

TABELA 10 - RECURSOS DE FINANCIAMENTOS PARA OS NOVOS PROGRAMAS - PARANÁ⁽¹⁾

PROJETO OU PROGRAMA	AGENTE FINANCEIRO OU DOADOR	VALORES (US\$ milhões)	
		Empréstimo ou Doação	Contrapartida
Inclusão Social	BIRD	31,50	22,40
Pró APL	BID	10,00	1,00
Prodetur	BID	60,00	40,60
Profisco	BID	15,00	6,00
TOTAL		116,50	70,00

FONTE: Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral/CDG

(1) Posição em 2007.

Estão também estimados para o período 2008-2001 ingressos de recursos provenientes de convênios num valor anual médio de R\$ 350 milhões destinados às áreas de educação, saúde, segurança pública, meio ambiente, agricultura e infra-estrutura.

4.1 RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Para maximizar a disponibilidade de recursos orçamentários para execução de programas, o fortalecimento da política fiscal do Estado do Paraná é o elemento primordial para resgatar a capacidade de investimento estadual e para o fortalecimento da capacidade de execução de programas finalísticos de bem-estar, permitindo com isso o fomento ao crescimento econômico e a geração de emprego e renda.

A política fiscal é definida a partir do equilíbrio entre necessidades e fontes não-financeiras de financiamento, que determinam o resultado primário a ser alcançado.

Em virtude do caráter essencialmente exógeno das receitas do Estado, o que limita a capacidade da gestão financeira para determinar o montante a ser arrecadado, e da necessidade

de recompor os investimentos com recursos orçamentários, o controle das finanças estaduais deve se concentrar nas despesas.

Este esforço fiscal previsto supõe: a manutenção das condições do Programa de Ajuste Fiscal, firmado com o Tesouro Nacional; a manutenção das condições e cronogramas pactuados junto a organismos multilaterais dos financiamentos externos; e a mínima contratação de novos financiamentos que estão condicionados aos limites estabelecidos no Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal.

No período 2003-2006, o crescimento nominal das receitas não-financeiras do Tesouro ocorreu a uma taxa média de 11% ao ano, com especial destaque ao incremento na arrecadação de ICMS, que apresentou taxa de crescimento nominal médio de 11,4% ao ano, devido, em grande parte, ao desempenho da arrecadação nos setores de serviços industriais de utilidade pública, indústria química e indústria de materiais de transporte.

O setor de serviços também vem apresentando constantes resultados crescentes. Para os anos seguintes, ainda há potencial para incrementos de receita, porém com taxas de crescimento nominal menores que no período anterior.

4.2 DESPESAS COM PESSOAL

No período 2003-2006, as despesas com pessoal ativo, inativo e pensionista situaram-se num patamar pouco abaixo de 50% da Receita Corrente Líquida Anual, indicando que parte dos incrementos na receita foi direcionada para pagamentos de pessoal. A evolução das despesas de pessoal e encargos sociais estará sujeita a um aumento vegetativo estimado em 2% ao ano.

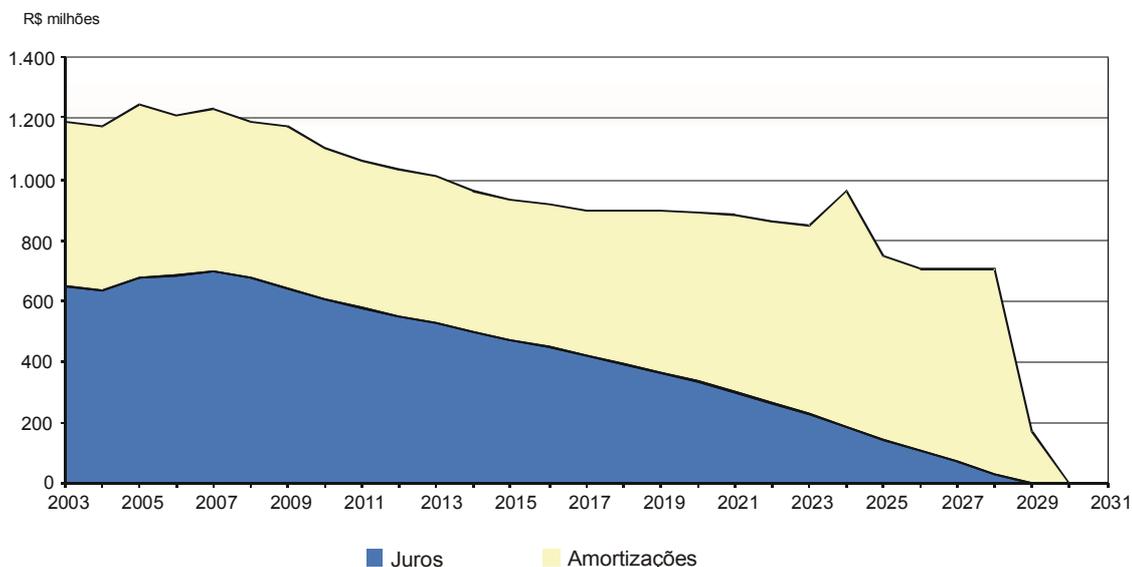
O Estado manterá como política de recursos humanos a meta de capacitação e valorização do funcionalismo estadual e a manutenção das políticas de incentivo às carreiras com o instituto das promoções, assim como o suprimento das atividades prioritárias do Estado, mediante a realização dos concursos públicos.

O poder aquisitivo do servidor estará amparado por uma política de reposição salarial, prevista no inciso X do artigo 27 da Constituição Estadual.

4.3 ENDIVIDAMENTO DO ESTADO

No período de 2003-2006, a relação dívida consolidada líquida/receita corrente líquida (DCL/RCL) manteve-se em torno de 1,20 até o final de 2006 (gráfico 5).

GRÁFICO 5 - PERFIL DA DÍVIDA DO ESTADO DO PARANÁ - 2003-2031



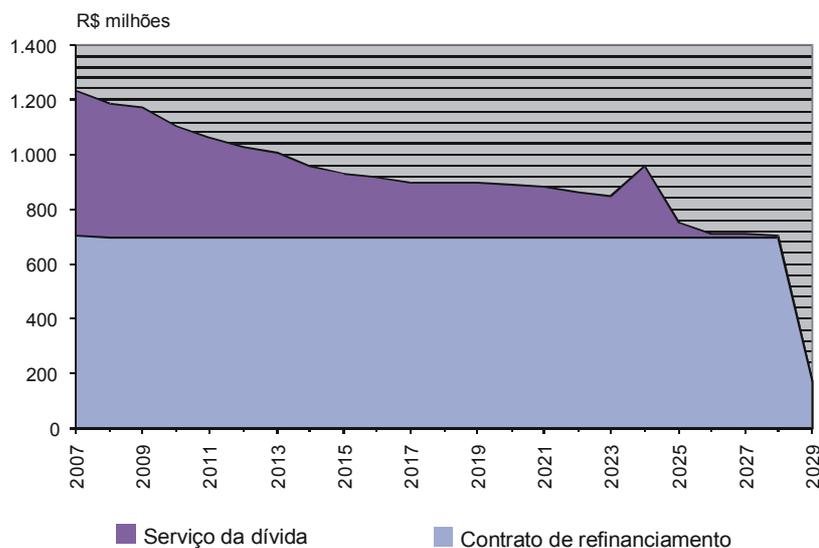
FONTE: SEFA-PR

NOTA: Elaboração SEPL-PR.

A tendência de queda do serviço da dívida se deve basicamente à não-contratação de novas operações de crédito no período 2003-2006, bem como à desvalorização da moeda americana (ver gráfico 5).

O serviço das dívidas interna e externa contratual, composto dos pagamentos com juros e amortizações, está comprometido essencialmente com as obrigações decorrentes do Contrato de Refinanciamento das Dívidas firmado com a União em 1998, que, no período 2007-2011, representa aproximadamente 54,5% das obrigações totais previstas (gráfico 6).

GRÁFICO 6 - SERVIÇO DA DÍVIDA X CONTRATO DE REFINANCIAMENTO - PARANÁ - 2007-2029



FONTE: SEFA-PR

NOTA: Elaboração SEPL-PR.

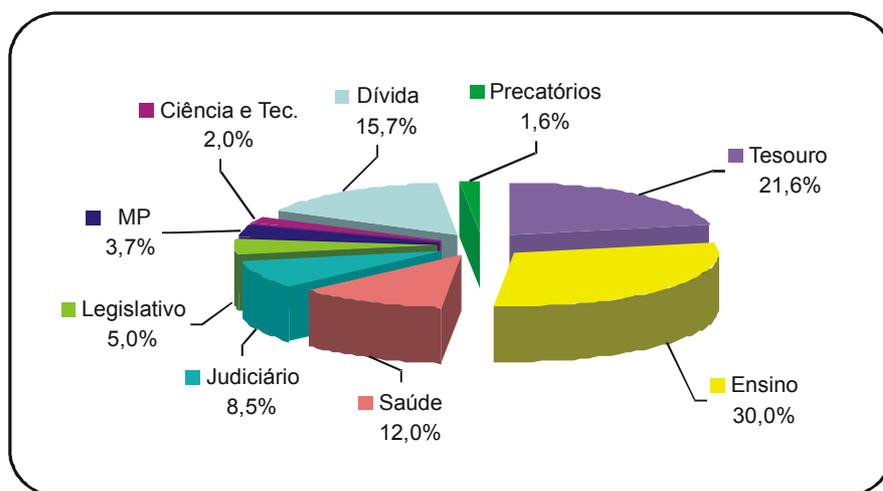
Cabe ressaltar que desses demonstrativos não constam as obrigações decorrentes do Contrato de Compra e Venda de Títulos Públicos, sobre o qual pendem decisões judiciais.

4.4 VINCULAÇÕES LEGAIS

As dificuldades dos estados geradas pelo excesso de vinculações têm provocado um grande movimento entre os entes federados na elaboração de uma proposta que possa aliviar a situação de estrangulamento financeiro dos estados, sem que se perca o foco social.

A crescente vinculação de despesas às receitas amplia os gastos obrigatórios do Estado, minimizando os recursos disponíveis para realizar investimentos e novos programas. Entre as vinculações constitucionais e legais, o Estado do Paraná tem por obrigação destinar recursos orçamentários para transferências a municípios, educação, ciência e tecnologia, saúde e Legislativo, Judiciário e Ministério Público. Além disso, devem ser destinados recursos para o pagamento de precatórios, para o Programa de Formação de Patrimônio do Servidor Público (PASEP) e para contrapartidas de empréstimos. Essas vinculações, entre outros fatores, limitam muito a capacidade de realizar investimentos com recursos do Tesouro Estadual (gráfico 7).

GRÁFICO 7 - VINCULAÇÕES DA PARCELA ESTADUAL DE 75% DO ICMS - PARANÁ - 2007



FONTE: SEFA-PR

Conforme demonstrado no gráfico 7, apenas 21,6% dos recursos oriundos da parcela estadual do ICMS são disponíveis para a cobertura dos gastos com manutenção da estrutura do Estado e investimentos.

5 REGIONALIZAÇÃO

Na expectativa do novo ordenamento territorial do Brasil – em fase final de definição –, o Estado do Paraná, ao elaborar seu Plano Plurianual de Investimentos (PPA), período 2008-2011, na firme determinação de combate às desigualdades regionais ainda latentes, elege a Inclusão Social como foco prioritário de suas ações de investimentos para atual gestão de governo.

A partir dos documentos *Leituras Regionais* (IPARDES, 2004b), *Vários Paranás* (IPARDES, 2006) e *Marco Conceitual e Área Projeto de Inclusão Social e Desenvolvimento Rural Sustentável* (SEPL/UDP 2005), cujas propostas convergem e revelam aspectos regionais do Estado do Paraná, identificam-se espaços com populações que requerem uma consistente política de indução ao desenvolvimento socioeconômico para responder aos desafios das regiões que exigem ações públicas capazes de superar o atual estágio em que se encontram.

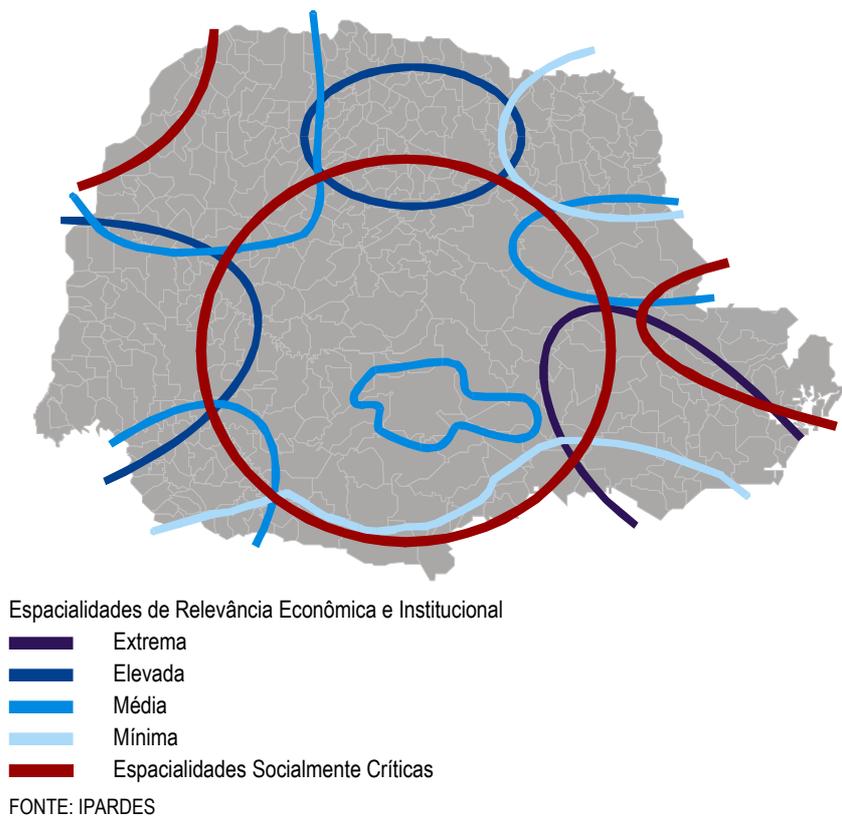
Nesse contexto, a decisão governamental, em termos de políticas públicas, guiou-se pelo desenho de uma Política de Desenvolvimento Econômico do Estado do Paraná (PDE), para definições de ações e investimentos sob a forma regionalizada, como preconiza a legislação.

Os conteúdos dos citados documentos analisam, com muita propriedade, aspectos que, na presente década, têm sido objeto de preocupação governamental. Para tanto, a partir de 2003 o IPARDES efetua um estudo denominado *Os Vários Paranás*, em que identifica espaços caracterizados pela concentração e pela diversificação econômica e de ativos institucionais, em convivência com espaços socialmente críticos, seja pela carência, seja pela precariedade nas condições das pessoas e domicílios. A partir destes Vários Paranás identificados, o estudo traz um ensaio de regionalização e pontos para uma agenda de desenvolvimento para essas distintas espacialidades. O mapa 7 demonstra os Vários Paranás.

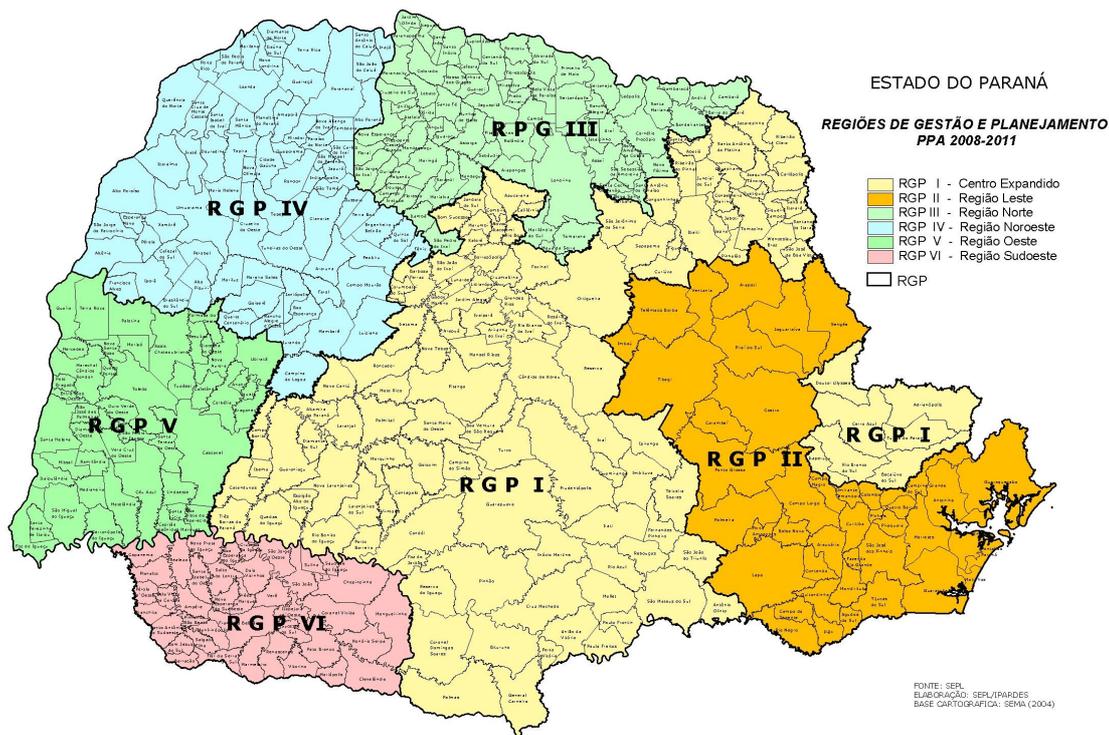
É com base nesse diagnóstico do Estado do Paraná que se pensam políticas diferenciadas de desenvolvimento, e dele partirão as ações do PPA 2008-2011.

Assim, o Estado do Paraná, que até então adota uma regionalização concentrada em seis Regiões de Gestão e Planejamento (RGPs), cuja concepção básica procurava manter os limites regionais tradicionais segundo as dez Mesorregiões Geográficas do IBGE para implementação dos fundamentos orçamentários, reordena esse desenho para o PPA 2008-2011. O novo desenho atende aos parâmetros estabelecidos pelas legislações vigentes, contudo reagrupa os 21 territórios do Estado em seis RGPs (mapa 8).

MAPA 7 - DIAGNÓSTICO DOS VÁRIOS PARANÁS - 2006



MAPA 8 - REGIÕES DE GESTÃO E PLANEJAMENTO, SEGUNDO O PPA 2008-2011 - PARANÁ



FORNTE: SEPL

Independentemente deste reagrupamento, a prioridade das ações e investimentos também deverá ser refletida nesse novo desenho, conforme segue.

- **RGP I - Centro Expandido:** composto por áreas do Centro e Centro-Sul, Norte Pioneiro e da Região Oeste/Sudoeste, que constituem agrupamentos de espaços socialmente críticos (ou de Região Prioritária para o Plano de Desenvolvimento do Estado do Paraná – PDE no que tange à inclusão social);
- **RGP II - Região Leste:** constituída pelos pólos urbanos que formam o eixo Paranaguá–Curitiba–Ponta Grossa, formando uma concentração demográfico-econômica de significativa importância para o Estado do Paraná;
- **RGP III - Região Norte:** formada pelo eixo polarizado por Cornélio Procópio, Londrina e Maringá;
- **RGP IV - Região Noroeste:** formada pelo arco polarizado por Paranavaí – Umuarama–Cianorte;
- **RGP V - Região Oeste:** formada pelo eixo polarizado por Foz do Iguaçu–Cascavel–Toledo;
- **RGP VI - Região Sudoeste:** formada pelo eixo polarizado por Francisco Beltrão–Dois Vizinhos–Pato Branco.

RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS INTEGRANTES DAS REGIÕES DE GESTÃO E PLANEJAMENTO - RGP's

RGP I - CENTRO EXPANDIDO		
Abatiá	Goioxim	Paulo Frontin
Adrianópolis	Grandes Rios	Pinhalão
Altamira do Paraná	Guamiranga	Pinhão
Antonio Olinto	Guapirama	Pitanga
Apucarana	Guaraniaçu	Porto Barreiro
Arapuã	Guarapuava	Porto Vitória
Ariranha do Ivaí	Ibaiti	Prudentópolis
Barbosa Ferraz	Ibema	Quatiguá
Bituruna	Imbituva	Quedas do Iguaçu
Boa Ventura de São Roque	Inácio Martins	Rebouças
Bocaiúva do Sul	Ipiranga	Reserva
Bom Sucesso	Irati	Reserva do Iguaçu
Borrazópolis	Iretama	Ribeirão Claro
Califórnia	Itaperuçu	Ribeirão do Pinhal
Cambira	Ivaí	Rio Azul
Campina do Simão	Ivaiporã	Rio Bom
Campo Bonito	Jaboti	Rio Bonito do Iguaçu
Cândido de Abreu	Jacarezinho	Rio Branco do Ivaí
Candói	Jandaia do Sul	Rio Branco do Sul
Cantagalo	Japira	Roncador
Carlópolis	Jardim Alegre	Rosário do Ivaí
Catanduvas	Joaquim Távora	Salto do Itararé
Cerro Azul	Jundiá do Sul	Santa Amélia
Congonhinhas	Kaloré	Santa Maria do Oeste
Conselheiro Mairinck	Laranjal	Santana do Itararé
Coronel Domingos Soares	Laranjeiras do Sul	Santo Antonio da Platina
Corumbataí do Sul	Lidianópolis	São Jerônimo da Serra
Cruz Machado	Lunardelli	São João do Ivaí
Cruzmaltina	Mallet	São João do Triunfo
Curiúva	Manoel Ribas	São José da Boa Vista
Diamante do Sul	Marquinho	São Mateus do Sul
Doutor Ulysses	Marumbi	Sapopema
Espigão Alto do Iguaçu	Mato Rico	Siqueira Campos
Faxinal	Nova Cantu	Teixeira Soares
Fernandes Pinheiro	Nova Laranjeiras	Tomazina
Figueira	Nova Tebas	Três Barras do Paraná
Foz do Jordão	Novo Itacolomi	Tunas do Paraná
General Carneiro	Ortigueira	Turvo
Godoy Moreira	Palmas	União da Vitória
	Palmital	Virmond
	Paula Freitas	Wenceslau Braz

RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS INTEGRANTES DAS REGIÕES DE GESTÃO E PLANEJAMENTO - RGP

RGP II - LESTE		
Agudos do Sul	Fazenda Rio Grande	Piraquara
Almirante Tamandaré	Guaraqueçaba	Ponta Grossa
Antonina	Guaratuba	Pontal do Paraná
Arapoti	Imbaú	Porto Amazonas
Araucária	Jaguariaíva	Quatro Barras
Balsa Nova	Lapa	Quitandinha
Campina Grande do Sul	Mandirituba	Rio Negro
Campo do Tenente	Matinhos	São José dos Pinhais
Campo Largo	Morretes	Sengés
Campo Magro	Palmeira	Telêmaco Borba
Carambeí	Paranaguá	Tibagi
Castro	Piên	Tijucas do Sul
Colombo	Pinhais	Ventania
Contenda	Piraí do Sul	
Curitiba		
RGP III - NORTE		
Alvorada do Sul	Itambaracá	Paranapoema
Andirá	Itambé	Pitangueiras
Ângulo	Ivatuba	Porecatu
Arapongas	Jaguapitã	Prado Ferreira
Assaí	Jardim Olinda	Presidente Castelo Branco
Astorga	Jataizinho	Primeiro de Maio
Atalaia	Leópolis	Rancho Alegre
Bandeirantes	Lobato	Rolândia
Barra do Jacaré	Londrina	Sabáudia
Bela Vista do Paraíso	Lupionópolis	Santa Cecília do Pavão
Cafeara	Mandaguacu	Santa Fé
Cambará	Mandaguari	Santa Inês
Cambé	Marialva	Santa Mariana
Centenário do Sul	Marilândia do Sul	Santo Antonio do Paraíso
Colorado	Maringá	Santo Inácio
Cornélio Procópio	Mauá da Serra	São Jorge do Ivaí
Cruzeiro do Sul	Miraselva	São Pedro do Ivaí
Doutor Camargo	Munhoz de Melo	São Sebastião da Amoreira
Floraí	Nossa Senhora das Graças	Sarandi
Floresta	Nova América da Colina	Sertaneja
Florestópolis	Nova Esperança	Sertanópolis
Flórida	Nova Fátima	Tamarana
Guaraci	Nova Santa Bárbara	Uniflor
Ibiporã	Ourizona	Uraí
Iguaraçu	Paiçandu	
Itaguajé	Paranacity	

RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS INTEGRANTES DAS REGIÕES DE GESTÃO E PLANEJAMENTO - RGP's

RGP IV - NOROESTE		
Alto Paraíso	Inajá	Planaltina do Paraná
Alto Paraná	Indianópolis	Porto Rico
Alto Piquiri	Iporã	Quarto Centenário
Altônia	Itaúna do Sul	Querência do Norte
Amaporã	Ivaté	Quinta do Sol
Araruna	Janiópolis	Rancho Alegre do Oeste
Boa Esperança	Japurá	Rondon
Brasilândia do Sul	Juranda	Santa Cruz de Monte Castelo
Cafezal do Sul	Jussara	Santa Isabel do Ivaí
Campina da Lagoa	Loanda	Santa Mônica
Campo Mourão	Luiziana	Santo Antonio do Caiuá
Cianorte	Mamborê	São Carlos do Ivaí
Cidade Gaúcha	Maria Helena	São João do Caiuá
Cruzeiro do Oeste	Marilena	São Jorge do Patrocínio
Diamante do Norte	Mariluz	São Manoel do Paraná
Douradina	Mirador	São Pedro do Paraná
Engenheiro Beltrão	Moreira Sales	São Tomé
Esperança Nova	Nova Aliança do Ivaí	Tamboara
Farol	Nova Londrina	Tapejara
Fênix	Nova Olímpia	Tapira
Francisco Alves	Paraíso do Norte	Terra Boa
Goioerê	Paranavaí	Terra Rica
Guairaçá	Peabiru	Tuneiras do Oeste
Guaporema	Perobal	Umuarama
Icaraíma	Pérola	Xambê
RGP V - OESTE		
Anahy	Iracema do Oeste	Quatro Pontes
Assis Chateaubriand	Itaipulândia	Ramilândia
Boa Vista da Aparecida	Jesuítas	Santa Helena
Braganey	Lindoeste	Santa Lúcia
Cafelândia	Marechal Cândido Rondon	Santa Tereza do Oeste
Capitão Leônidas Marques	Maripá	Santa Terezinha de Itaipu
Cascavel	Matelândia	São José das Palmeiras
Céu Azul	Medianeira	São Miguel do Iguaçu
Corbélia	Mercedes	São Pedro do Iguaçu
Diamante D'Oeste	Missal	Serranópolis do Iguaçu
Entre Rios do Oeste	Nova Aurora	Terra Roxa
Formosa do Oeste	Nova Santa Rosa	Toledo
Foz do Iguaçu	Ouro Verde do Oeste	Tupãssi
Guairá	Palotina	Ubiratã
Iguatu	Pato Bragado	Vera Cruz do Oeste

RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS INTEGRANTES DAS REGIÕES DE GESTÃO E PLANEJAMENTO - RGP's

RGP VI - SUDOESTE		
Ampère	Francisco Beltrão	Pranchita
Barracão	Honório Serpa	Realeza
Bela Vista da Caroba	Itapejara do Oeste	Renascença
Boa Esperança do Iguaçu	Manfrinópolis	Salgado Filho
Bom Jesus do Sul	Mangueirinha	Salto do Lontra
Bom Sucesso do Sul	Mariópolis	Santa Izabel do Oeste
Capanema	Marmeleiro	Santo Antonio do Sudoeste
Chopinzinho	Nova Esperança do Sudoeste	São João
Clevelândia	Nova Prata do Iguaçu	São Jorge do Oeste
Coronel Vivida	Pato Branco	Saudade do Iguaçu
Cruzeiro do Iguaçu	Pérola do Oeste	Sulina
Dois Vizinhos	Pinhal de São Bento	Verê
Enéas Marques	Planalto	Vitorino
Flor da Serra do Sul		

6 ACOMPANHAMENTO DO PPA 2008-2011

O Plano Plurianual (PPA) estabelece, de forma regionalizada, as diretrizes, os objetivos e as metas físicas e financeiras da administração pública na forma de programas. Estes representam o módulo integrador entre o PPA com a Lei Orçamentária Anual (LOA) e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), os quais constituem a importante ferramenta de gestão institucional do Estado.

Por envolver um período de quatro anos, faz-se necessário que o PPA seja monitorado, com o objetivo de identificar e superar restrições sistêmicas, melhorar a alocação dos recursos públicos, corrigir rumos, sistematizar elementos para os processos de avaliação e revisão, e, assim, contribuir para a obtenção dos resultados globais desejados.

Por conseguinte, a prática da avaliação fortalece o planejamento, a aprendizagem na administração estadual e a capacidade de autocrítica sobre as ações de governo, por meio da geração de informações qualitativas sobre os resultados alcançados, sendo fundamentais para o aperfeiçoamento da formulação e gestão dos programas.

No Paraná, o PPA será acompanhado por meio de um processo contínuo de monitoramento no Sistema e-CAR (Controle, Acompanhamento e Avaliação de Resultados), de responsabilidade da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral (SEPL) e administrado pela Coordenação de Monitoramento e Avaliação (CMA).

O e-CAR consiste num instrumento gerencial para administração e apoio ao planejamento e se destina a facilitar o acompanhamento das execuções física e financeira das ações, bem como à estruturação e à revisão do PPA, com informações por gráficos e simbologias. A execução orçamentário-financeira dar-se-á mediante integração com o Sistema e-COP.

Será realizada avaliação anual do PPA e, quando for o caso, a sua revisão, como parte do processo de retroalimentação do ciclo de gestão, possibilitando a superação de falhas ocorridas durante as etapas de planejamento e execução dos programas, com o objetivo de readequá-los à base estratégica, visando ao atendimento às diretrizes de eficiência, eficácia e efetividade.

O sucesso de qualquer processo de acompanhamento depende não só de um sistema informatizado, mas, sobretudo, da participação de todos os agentes públicos envolvidos, para a construção e fortalecimento das funções de planejamento, monitoramento e avaliação.

7 LINHAS DE AÇÃO DO PPA 2008-2011: DIRETRIZES DE UMA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO

O Plano Plurianual (PPA) para o período 2008-2011, norteador pela Política de Desenvolvimento Econômico do Estado do Paraná (PDE), insere-se num novo contexto histórico, tendo a pauta do debate nacional não apenas focada no controle inflacionário, mas também na busca pelo crescimento e pela geração de emprego e renda. Dentre outras, esse Plano expressa a resposta do Estado do Paraná às já superadas propostas do Consenso de Washington, em que se pregava a atuação mínima do Estado e a confiança plena na eficiência alocativa do mercado para a solução das disparidades regionais e redução da pobreza.

Ganha espaço a perspectiva de um “Novo Desenvolvimentismo”, que, sem deixar de lado o rigor fiscal e o controle inflacionário, não nega a importância da atuação do Estado no fomento ao crescimento do emprego e da renda. O PPA 2008-2011 torna-se o instrumento legal da PDE no intuito de atender às prerrogativas de estímulo ao desenvolvimento econômico e social do Estado, principalmente nas regiões que apresentam menor Índice de Desenvolvimento Humano, acompanhado de um consistente equilíbrio nas contas públicas.

O modelo de desenvolvimento que se constrói no Paraná exige que se adotem políticas públicas capazes de construir um estado democrático, progressista e justo, em contraposição ao modelo excludente e gerador de desigualdades sociais e desequilíbrio econômico. Consubstancia-se em políticas que asseguram a garantia dos direitos fundamentais do cidadão (saúde, educação, trabalho e moradia), preservando a sua dignidade. A radicalização da opção pelos pobres e excluídos impõe-se como o único caminho para a consolidação da reconstrução do Estado.

Essa reconstrução passa necessariamente pela integração de ações públicas e pela coordenação de políticas, que no PPA se materializa na transformação das diretrizes da Política de Desenvolvimento do Estado do Paraná (PDE) em Linhas de Ação.

Cada Linha de Ação, explicitada a seguir, compreende um conjunto de programas a ser executado pelo Governo (figura 2), e cada programa é constituído por um conjunto articulado de ações (projetos, atividades, operações especiais e ações não-orçamentárias), as quais resultam em produtos, para o alcance de um objetivo comum. Esse objetivo é concretizado em um resultado medido pela evolução de indicadores no período de execução do programa, possibilitando-se, assim, a avaliação objetiva da atuação do Governo.

7.1 PROMOÇÃO DA CIDADANIA, INCLUSÃO SOCIAL E JUSTIÇA

Congrega os programas que buscam garantir a plena cidadania, no âmbito da promoção e defesa dos direitos elementares à vida; as condições dignas de sobrevivência; o combate aos desequilíbrios sociais, para proporcionar o progresso das pessoas, sua promoção, seu desenvolvimento e sua inclusão.

7.2 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL E DESCENTRALIZADO

Compreende a articulação dos programas que visam reduzir as desigualdades das economias regionais do Paraná, integrando econômica e socialmente os diversos espaços do Estado. Abrange a infra-estrutura urbana, de transporte, logística, de energia e a preservação do meio ambiente, bem como a produção agrícola e industrial.

7.3 GESTÃO PÚBLICA TRANSPARENTE E INTEGRADA

Esta linha de ação envolve um conjunto de programas destinados a tornar a gestão do Estado mais transparente quanto ao uso dos recursos públicos, assim como mais integrada no sentido de garantir maior eficiência na execução das políticas públicas a partir de sinergias e complementaridades entre os órgãos, melhorando a prestação de serviços públicos aos cidadãos e a qualificação dos servidores públicos.



ANEXO 1 - DEMONSTRATIVOS

ANEXO 2 - PROGRAMAS E AÇÕES